



1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – Exercício 2023

Processos SEI nº 0002054-32.2023.8.01.0000 e nº 0002974-74.2021.8.01.000

1. Dados da Reunião

LOCAL: Palácio da Justiça – Rio Branco/AC	DATA: 28/02/2023	HORÁRIO: 08h00 às 12h00
---	----------------------------	-----------------------------------

2. Pauta

- Analisar os resultados do biênio 2021-2022 relacionados aos:
 - Planos de Ações das unidades administrativas do TJAC;
 - Indicadores de Desempenho do Planejamento Estratégico 2021-2026; e
 - Metas Nacionais atualizadas até dezembro de 2022.
- Destaques:
 - Informar sobre o andamento dos projetos estratégicos do TJAC, articulados à estratégia;
 - Apresentar os Planos Institucionais, complementares à Estratégia do TJAC, elaborados em 2022;
 - Ranking de Transparência;
 - Prêmio CNJ de Qualidade.
- Considerações finais e encerramento.

3. Participantes

Membros do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia (Portaria nº 1.230/2021)

1. Desembargadora Regina Ferrari – Presidente do TJAC - Membro
2. Desembargador Ladivon Nogueira – Membro
3. Desembargador Júnior Alberto Ribeiro – Membro
4. Desembargador Élcio Sabbo Mendes – Diretor da ESJUD - Membro

Magistrados participantes:

1. Desembargadora Luis Vitório Camolez – Vice-Presidente
2. Desembargador Samoel Evangelista – Corregedor Geral da Justiça
3. Desembargador Élcio Sabbo Mendes – Diretor da ESJUD
4. Juíza de Direito Zenice Mota Cardozo – Juíza Auxiliar da Presidência
5. Juiz de Direito Giordane de Suza Dourado - Juiz Auxiliar da Presidência



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

6. Alex Ferreira Oivane – Juiz Auxiliar da Corregedoria
7. Adamarcia Machado Nascimento – Juiza de Direito
8. Adimaura Saouza da Cruz – Juiza de Direito
9. Afonso Brana Muniz – Juiz de Direito
10. Alesson José Santos Braz – Juiz de Direito
11. Ana Paula Saboya Lima – Juiza de Direito
12. Andrea da Silva Brito – Juiza de Direito
13. Carolina Alvares Bragança – Juiza de Direito
14. Cloves Augusto A. Cabral Ferreira – Juiz de Direito
15. Fabio Alexandre Costa de Farias – Juiz de Direito
16. Fernando N´brega da Silva – Juiz de Direito
17. Flavio Mariano Mundim – Juiz de Direito
18. Gilberto Matos de Araújo – Juiz de Direito
19. Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga – Juiz de Direito
20. Isabelle Sacramento Torturela – Juiza de Direito
21. José Vagner F. P. Alcântara – Juiz de Direito
22. Kamylla Acioli Lins e Silva – Juiza de Direito
23. Leandro Leri Gross – Juiz de Direito
24. Lilian Deise Braga Paiva – Juiza de Direito
25. Lois Carlos Arruda – Juiz de Direito
26. Luana Claudia de Albuquerque Campos – Juiza de Direito
27. Luis Gustavo alcade Pinto – Juiz de Direito
28. Manoel Simões Pedroga – Juiz de Direito
29. Marcelo Coelho de Carvalho – Juiz de Direito
30. Marcos Thadeu Matias Mamed – Juiz de Direito
31. Marlon Martins Machado – Juiz de Direito
32. Olívia Maria Alves Ribeiro – Juiza de Direito
33. Raimundo Nonato da Costa Maia – Juiz de Direito
34. Robson Ribeiro Aleixo – Juiz de Direito
35. Rogéria José Epaminondas – Juiza de Direito
36. Thais Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil – Juiza de Direito
37. Zenair Ferreira Bueno – Juiza de Direito
38. Bruna Barreto Perazzo Costa – Juiza de Direito Substituta
39. Bruno Perrotta de Menezes – Juiz de Direito Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

40. Caique Cirano Di Paula – Juiz de Direito Substituto
41. Eder Jacoboski Viegas – Juiz de Direito Substituto
42. Elielton Zanoli Armondes – Juiz de Direito Substituto
43. Glaucia Aparecida Gomes – Juiza de Direito Substituta
44. Guilherme Muniz de Freitas Miotto – Juiz de Direito Substituto
45. Isabela Vieira de Sousa Gouveia – Juiza de Direito Substituta
46. Jorge Luiz Lima da Silva Filho – Juiz de Direito Substituto
47. Jose da Cruz Bessa Neto – Juiz de Direito Substituto
48. Marilene Goulart Verissimo Zhu – Juiza de Direito Substituta
49. Mateus Pieroni Santini – Juiz de Direito Substituto
50. Rosilene de Santana Souza – Juiza de Direito Substituta
51. Vivian Buonalumi Tacito Yugar – Juiza de Direito Substituta

**Equipe de Assessoria Técnica do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia
(Portaria nº 1.230/2021)**

- a. Servidor Evandro Luzia Teixeira – Gerente da GEPLA
- b. Servidor Francisco Arnaldo – NUEGE

Demais servidores e servidoras participantes

- c. Servidor Raquel Cunha da Conceição - Diretora da DITEC
- d. Servidora Larissa Montilha - Diretora da DILOG
- e. Servidora Andrea Zilio - Diretora da DIINS
- f. Servidora Denizi Regis Gorzoni - Diretora da DIJUD
- g. Servidora Ana Paula Viana Carrilho - Diretor da DRVAC
- h. Servidora Solange Maria Chalub – Diretora da DRVJU
- i. Servidara Iriá França Farias – Diretora da DIPES
- j. Servidor Ângelo Douglas de Souza Lima – SEREP
- k. Servidor Clodomiro Neves de Nascimento – SEREP
- l. Servidora Maria Lúcia Gabriel - SEREP
- m. Servidor João Thaumaturgo Neto – ESJUD
- n. Servidor Marcos Alexandre - ESJUD
- o. Servidora Amanda Casas - GEPLA
- p. Servidor Bono Luy Maia - GEPRO
- q. Servidora Cleide Prudêncio - GAAUX



Abertura

A Desembargadora Regina Ferrari, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, iniciou a reunião cumprimentando a todas e todos, informou acerca dos desafios da nova gestão biênio 2023/2025, bem como informou sobre a apresentação dos resultados do último quadrimestre (set. a dez/2022) do biênio 2021-2022 que serão analisados durante a reunião de forma que em conjunto, a nova administração redesenhe meios de se alcançar melhores resultados. Ressaltou sobre a contratação de 15 (quinze) novos Juízes de Direito Substitutos, que impulsionaram o alcance das metas e indicadores do CNJ. Na sequência, a Presidente passou a palavra para ao Vice-Presidente Desembargador Luis Camolez que falou sobre os desafios e metas da nova gestão e na sequência foi falcutada a palavra ao Desembargador Samoel Evangelista, Corregedor Geral da Justiça, que falou sobre sua missão como Corregedor na nova administração, e em especial sobre o cumprimento das metas do CNJ, ressaltou sobre os novos Juízes de Direito Substitutos que contribuirão com ganhos à sociedade, falou sobre o painel da COGER que acompanha as metas do CNJ e mede em tempo real a produtividade das unidades jurisdicionais. Em seguida foi falcutada a palavra ao Desembargador Élcio Mendes, Diretor da Escola do Judiciário – ESJUD, que falou sobre a necessidade de reforma do prédio onde funciona a ESJUD de modo a oferecer melhor estrutura física aos magistrados (as) e servidores (as), bem como os planos de se firmar parcerias com instituições de ensino superior com vista ao oferecimento de mestrado no âmbito do TJAC. Em sequência foi falcutada a palavra ao Desembargador Francisco Djalma, coordenador dos Juizados Especiais, ao Desembargador Junior Alberto, Ouvidor Geral da Justiça, e ao Desembargador Laudivon Nogueira, Presidente do Comitê de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação, que ressaltou a importância da reunião para se pensar a instituição, o planejamento estratégico com foco nos resultados, e ainda acerca do Judiciário Exponencial, Justiça 4.0, Inteligência Artificial e Chat GPT. Em sequência o Diretor de Gestão Estratégica (DIGES), Evandro Luzia fez a apresentação dos resultados alçados pela Gestão, organizados pela DIGES, e por fim o Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE) Francisco Arnaldo apresentou os resultados do prêmio CNJ de qualidade.

Resultados

O servidor Evandro Luzia Teixeira, Diretor de Gestão Estratégica após cumprimentar aos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

presentes, iniciou a apresentação dos resultados dos planos de ação das unidades, dos indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico 2021-2026 relativos ao biênio 2021-2022, e apresentou o Mapa Estratégico do TJAC que conta com 4 eixos: Sociedade; Processos Internos; Aprendizado e Crescimento; e Sustentabilidade; informou então, que os dados a serem apresentados foram organizados nestes eixos.

PANORAMA GERAL DOS RESULTADOS DOS PLANOS DE AÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TJAC

O Diretor seguiu apresentando o *status* das atividades por unidades administrativas, classificadas nas seguintes categorias: concluídas, em execução, não iniciadas e excluídas. Para o 4º quadrimestre monitorado (set a dez de 2023), as Unidades apresentaram os seguintes resultados: - DIPES: 82% concluídas, 2% em execução e 16% não iniciadas; - DIFIC: 100% concluídas; - DILOG: 100% das atividades concluídas, pois a natureza das atividades de responsabilidade da DILOG têm caráter de rotina, portanto, contínuas; - DITEC: 33% concluídas, 51% em execução e 16% não iniciadas; - DIGES: 88% concluídas, 6% não iniciadas e 6% excluídas, as atividades não iniciadas, dizem respeito às políticas que foram instituídas durante o ano de 2022, portanto, não por terem caráter permanente; - DIINS: 48% concluídas, 28% em execução e 24% não iniciadas; - ESJUD: 100% concluídas.

PANORAMA GERAL DOS RESULTADOS POR INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJAC

Prosseguindo, o Diretor de Gestão Estratégica, apresentou os resultados dos indicadores de desempenho. Informou que a instituição utiliza 21 (vinte e um) indicadores para medir o desempenho do PE, sendo 19 (dezenove) oriundos do Glossário dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, publicado pelo CNJ e 2 (dois) indicadores institucionais locais que consistem em uma pesquisa de satisfação interna e no percentual de comarcas do TJAC com o PJe implantado. O servidor informou que para a realização do monitoramento da Estratégia do Poder Judiciário Acreano foi elaborado o documento 'PAINEL DE INDICADORES' contendo todos os indicadores adotados pelo TJAC para auxiliar no acompanhamento e avaliação do PE 2021- 2026, contendo a descrição, periodicidade de apuração, fórmula, unidade de medida, unidades responsáveis pela informação, polaridade, fonte de coleta, valor de referência e as metas anuais para o período; foi construída ainda, uma PLANILHA EXCEL para preenchimento e consolidação dos dados



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

por parte das Unidades Responsáveis e, a partir destas informações, foram organizados os dados listados a seguir. Para fins comparativos, também foram apresentados os resultados dos exercícios 2021 e 2022; os resultados dos Indicadores de Desempenho referem-se ao período de setembro a dezembro de 2022: **1. Índice de Acesso à Justiça (IAJ)** – Meta: Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 0,31 e 0,577 para o ano de 2022. Em 2021, o resultado foi divulgado pelo CNJ em fevereiro de 2021 e a meta foi alcançada. Os dados para o ano de 2022 o índice foi de 0,577, superando a meta estipulada. O Índice de Acesso à Justiça é um instrumento de medida espacial e temporal e permite aos gestores públicos do Poder Judiciário a tomada de decisões no que se refere a regras e procedimentos organizacionais. **2. Índice de Conciliação** – Meta: Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 10% e para o ano de 2022, 11%. Em 2021 o Índice de Conciliação foi de 10,5% e em 2022, de 13% em ambos os anos a meta foi alcançada. A principal vantagem da conciliação é a possibilidade de resolver o conflito de forma mais rápida, menos onerosa e menos desgastante para todas as partes. **3. Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de ter, no mínimo, 40% das respostas considerando os serviços prestados pelo TJAC como ótimo e bom. Para o ano de 2021, 57,4% dos respondentes consideraram os serviços prestados como ótimo e bom; em 2022, foram 49% dos consultados que avaliaram os serviços do TJAC como ótimo e bom. **4. Índice de Transparência** – Meta: manter o TJAC entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais. Em 2021, o TJAC alcançou 97,10% da pontuação total do Ranking da Transparência, classificando-se em 3º lugar entre os 27 tribunais de justiça estaduais; em 2022, alcançou 96,15% da pontuação total, recebeu pontuação máxima em 81 itens dos 84, classificando-o em 10º lugar. Embora em 2022, tenha caído 7 posições no ranking, não alcançando a meta estipulada; a pontuação diminuiu apenas 0,95% de um ano para o outro, demonstrando que foi mantido o mesmo nível técnico. Ainda fazendo uma análise da pontuação recebida pelos TJ Estaduais, os 5 primeiros do ranking ficaram empatados; outros 2 TJ Estaduais ficaram empatados na 2ª posição, havendo ainda a pontuação da 3ª e 4ª posições que foram maiores que a nota do TJAC, ou seja, referente à nota recebida pelos TJ Estaduais, o TJAC recebeu a 5ª maior nota. **5. Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 1º grau. Em 2021, a meta ficou muito próxima de ser alcançada, 96,01%, indicando que, mesmo que pequeno, houve formação de estoque de processos; em 2022, o percentual de cumprimento foi de 82,29%. **6. Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

– Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 2º grau. Em 2021, a meta não foi alcançada, 89,52%, indicando que houve formação de estoque de processos; em 2022, esse índice foi de 100,25%, ultrapassando a meta estipulada para o ano.

7. Índice de Atendimento à Demanda (IAD) – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD). Em 2021, a meta foi alcançada, 108,53%; em 2022, o índice foi de 82,39%, representando um índice menor que o alcançado em 2021.

8. Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi de reduzir para 50% ao ano, a taxa de congestionamento líquida. Em 2021, a meta foi superada, alcançou 70,30%; em 2022, esse índice foi de 70,92%.

9. Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos ‘Governança’ e ‘Qualidade da Informação’ - Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de aumentar, gradativamente, o Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos Governança e Dados e Tecnologia em 5,0% até o ano de 2026. Em 2021, a meta foi estipulada em 67,59%; e para 2022, foi de 68,59%. No ano de 2021 a meta foi superada em 103,27%, pois foi alcançado o percentual de 69,8%. Em 2022 houve um decréscimo no cumprimento desse índice ficando em 60,93%.

10. Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário – Meta: A meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo de 95% no IPC-JUS. Em 2021, a meta foi superada, alcançando o percentual de 100%. Já em 2022, houve uma baixa significativa neste percentual: 50%.

11. Taxa de Encarceramento – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de reduzir em 10% a Taxa de Encarceramento até 2026. Sendo estipulada a meta para o ano de 2021 de 655 presos por 100 mil habitantes; e para o ano de 2022, 644 presos por 100 mil habitantes. Em 2021, o valor apresentado foi o de 649 presos por 100 mil habitantes, superando a meta em 101%; e no ano de 2022, com base nos dados fornecidos pelo Instituto de Administração Penitenciária do Acre (IAPEN/AC), a Taxa de Encarceramento do Acre é de 610 presos/100 mil habitantes, superando a meta traçada, alcançando o percentual de 105,5%. Embora a meta venha sendo alcançada, a Taxa de Encarceramento do Acre é aproximadamente o dobro da taxa nacional (310 presos/100 mil habitantes).

12. Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de manter-se entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais. Em 2021, a meta foi superada, alcançando o percentual de 67,9%, posicionando o TJAC em 2º lugar no *ranking* entre os 27 tribunais de justiça estaduais. Em 2022, houve uma baixa significativa no



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

posicionamento no ranking ficando em 11º lugar, com 53,6%. Ressalta-se que a vigência da nova Resolução CNJ n.º 400/2021 iniciar em julho, trouxe várias inconsistências na forma de mensurar alguns indicadores que tiveram suas métricas alteradas, fazendo com que a fórmula de cálculo deste índice, por parte do CNJ, tivesse que deixar alguns indicadores de fora, o que pode ter comprometido a série de dados, deve-se fazer uma análise mais detalhada desse indicador. **13. Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV)** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ampliar em 2%, a cada ano, de forma cumulativa o percentual de participação em ações de qualidade de vida no trabalho. Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 16%, demonstrando que foram promovidas muito mais ações de qualidade de vida, como também um maior engajamento por parte dos servidores(as) e magistrados(as), mesmo em um ano de Pandemia. Os dados referentes a 2022 alcançaram 8%. **14. Índice de Absenteísmo-Saúde** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de manter o índice de absenteísmo até 2026, menor que 3%. O resultado para o ano de 2021 foi de 1,4% e em 2022, 1,02%, superando, a meta estipulada. **15. Índice de Satisfação Interna** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ter mais de 57% das respostas considerando as condições de trabalho no TJAC como ÓTIMA e BOA. Em 2021, o resultado da pesquisa realizada serviu de parâmetro para iniciar a série histórica do indicador: 57,4%. Em 2022, 86,4%. **16. Índice de capacitação de magistrados(as)** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi manter percentual maior que 50% no índice de capacitação de magistrados(as) até 2026. Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 83%, demonstrando que foi significativa a quantidade de magistrados(as) que participaram de capacitações promovidas pelo TJAC. Os dados referentes a 2022 alcançaram 75%, o que indica uma redução em torno de 8% nesse índice. **17. Índice de capacitação de servidores(as)** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi manter percentual maior que 20% no índice de capacitação de servidores(as) até 2026. Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 34%, demonstrando que foi significativa a quantidade de servidores(as) que participaram de capacitações promovidas pelo TJAC. Os dados referentes a 2022 alcançaram 50%, sendo também superior ao estipulado. **18. Governança de TIC para o Poder Judiciário** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi de classificar-se, a cada ano, entre os 10 primeiros TJ Estaduais no iGovTIC-JUD. Em 2021, a meta não foi alcançada, o resultado foi de 59,24%, classificando o TJAC na 22ª posição do *ranking* entre os 27 tribunais de justiça estaduais. Os dados referentes a 2022 alcançaram o valor de 53,60%. Nos dois anos, os valores alcançados classificam a Instituição com o nível de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

maturidade SATISFATÓRIO. **19. Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD)** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de ampliar em 2% até 2026, o índice de execução das despesas discricionárias. Em 2021, a meta foi superada, alcançou 74,98%, demonstrando que a elaboração do orçamento levou em conta as prioridades institucionais, com grau de cumprimento de 117,14%. Em 2022 o grau de cumprimento restou em 68,17%, de modo que houve redução no cumprimento desse item em 2022. **20. Índice de execução das dotações para projetos (IEP)** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi de ampliar em 1% até 2026, o índice de execução das dotações para projetos. Em 2021, a meta foi em muito superada, alcançou 3,10%, demonstrando que a elaboração do orçamento levou em conta as prioridades institucionais e demonstrou capacidade na execução desses recursos, com grau de cumprimento de 205,3%. Em 2022 houve um considerado aumento desse índice, alcançando o percentual de 51,66%. **21. Percentual de Comarcas do TJAC com PJe implantado** – Meta: a meta estipulada no PE 2021-2016, foi a de implantar o PJe, até 2026, em 100% das comarcas do TJAC. Para o ano de 2021 não foi estipulado percentual, considerando que aquele ano seria destinado ao planejamento das ações e para o ano de 2022, foi alcançado 10%, o que se refere ao que foi projetado para este ano, portanto, a meta foi alcançada.

PANORAMA GERAL DOS RESULTADOS PARA O ALCANCE DAS METAS NACIONAIS

Em seguimento, o Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, Francisco Arnaldo, apresentou os dados das Metas Nacionais, para o ano de 2022 no período de janeiro a dezembro: Os resultados para o ano de 2021 também foram apresentados para fins comparativos. Na sequência são apresentados os dados por metas: **Meta 1 do CNJ - Julgar mais processos que os distribuídos** – em 2021: 92,06%, a meta não foi alcançada; em 2022 esse índice foi de 91,4%, igualmente não sendo alcançado o índice desejado em 2022. **Meta 2 do CNJ – Julgar processos mais antigos** – em 2021: 1º grau – 103,26%; 2º grau – 110,17%; Juizados Especiais – 109,53%; Turmas Recursais 159,92%, meta alcançada em todas as instâncias; em 2022: 1º grau – 115,16%; 2º grau – 119,64%; Juizados Especiais – 111,00%; Turmas Recursais 107,57%, sendo a meta alcançada a contento. A Meta 2 objetiva reduzir o estoque de processos antigos e atender ao art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Destaca-se, portanto, que o TJAC alcança, a cada ano a meta estabelecida pelo CNJ, no entanto, persiste um estoque residual, dados de novembro de 2022 dão conta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

de um estoque de 3.177 processos. **Meta 3 – Estimular a conciliação** – em 2021: 90,93%, a meta não foi alcançada; em 2022: 103,35%, sendo a meta superada. **Meta 4 do CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais** – em 2021: Improbidade 95,51%; Crimes contra a Administração Pública 122,45%; total da meta 113,60%, tanto na média como crimes contra a administração pública alcançaram a meta, e os dados para improbidade ficaram próximos da meta; em 2022: Improbidade 115,04%; Crimes contra a Administração Pública 141,52%; total da meta 131,82%, sendo que todos os parâmetros desse item alcançaram a meta. **Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento** – em 2021: 85,48%, a meta foi alcançada; em 2022: 97,30%, o resultado ainda está distante do alcançar os 100%. **Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres** – em 2021: Feminicídio: 142,9% e Violência Doméstica: 142,4%, meta alcançada; em 2022: Feminicídio 162,5%; Violência doméstica 139,2%, meta cumprida. **Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário** – em 2021: deve-se realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030. Tema no TJAC: Violência contra Mulher e foi alcançado 100%. Em 2022, a meta foi cumprida com a instituição do Laboratório de Inovação e de Desenvolvimento Sustentável (LAPIS), elaboração e envio ao CNJ do plano de inovação; e, posteriormente realizar monitoramento do plano; em 2022 o TJAC cumpriu as atividades listadas e está implementando seu Plano de Inovação, tendo obtido o resultado de 93,84%. **Meta 10 – Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 – Meta NOVA** – Não tem dados para 2021 por se tratar de meta nota, em 2022 o resultado foi 124,92%, meta superada. Para ser cumprida, o TJAC implementou em suas unidades judiciárias o “Juízo 100% Digital”, instituiu “Núcleos de Justiça 4.0”, implementou nas unidades judiciárias o “Balcão Virtual”, utilizou sistemas processuais conectados à PDPJ e implementou o Codex. **Meta 11 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente** – em 2021 a meta se tratava alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, e resultado foi de 107,53%, meta alcançada. Para 2022 a meta mudou para o tema de direito das crianças e adolescentes, sendo a meta cumprida se o TJAC identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias; Resultados 2022: 1º grau – 104,49%; e 2º grau – 93,6% meta não alcançada para esta instância. **Meta 12 – Impulsionar os processos de ações ambientais** – em 2021:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

536,73% meta alcançada. Em 2022: 197,53%. O processo de formulação das metas nacionais é um esforço colaborativo implementado ao longo do ano (iniciou em maio), sob a coordenação do CNJ e apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, do qual o GAAUX I, a DIGES e o NUEGE integram, o processo finalizou em novembro, com a aprovação das metas nacionais para o ano de 2023 no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Considerações finais e encerramento

A Desembargadora Presidente Regina Ferrari agradeceu a atenção de todas e todos presentes. Ato contínuo, reforçou a necessidade do compromisso dos(as) magistrados(as) e servidores(as) com a prestação jurisdicional, assim como a implementação de medidas que impulsionem o TJAC para o alcance de melhores resultados em 2023. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h, do que, para constar, eu, Amanda Casas, Gerente de Planejamento Estratégico da DIGES, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelo Diretor de Gestão Estratégica do TJAC, Evandro Luzia Teixeira.

(*) Obs.: Ata assinada digitalmente - presidente dos trabalhos - secretário (artigo 36 do RITJAC). Aplicação análoga – *caput* do artigo 25, da Resolução do CNJ nº 185, de 18/12/2013: “Art. 25. As atas e termos de audiência poderão ser assinados digitalmente apenas pelo presidente do ato, assim como o documento digital, no caso de audiências gravadas em áudio e vídeo, os quais passarão a integrar os autos digitais, mediante registro e termo.”

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador 1336357 e o código CRC 0EBDE8F2.

O arquivo contendo os gráficos e demais informações constantes nesta Ata estão detalhadas na apresentação anexada.



1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) 2023

Resolução TPADM nº 259 de 28 de junho de 2021

Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) | Gerência de Planejamento Estratégico e Orçamentário (GEPLA)

Fevereiro de 2023

OBJETIVOS DA REUNIÃO:



- Analisar os resultados do biênio 2021-2022:
 - dos planos de ações das unidades do TJAC;
 - dos indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico; e
 - das metas nacionais.
- Informar sobre o andamento dos projetos estratégicos do TJAC, articulados à Estratégia.
- Apresentar os Planos Complementares à Estratégia elaborados no Biênio.

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE 2021-2026



MISSÃO

Garantir justiça para a paz social.

VISÃO

Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos e ágeis aos jurisdicionados.

VALORES

Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.

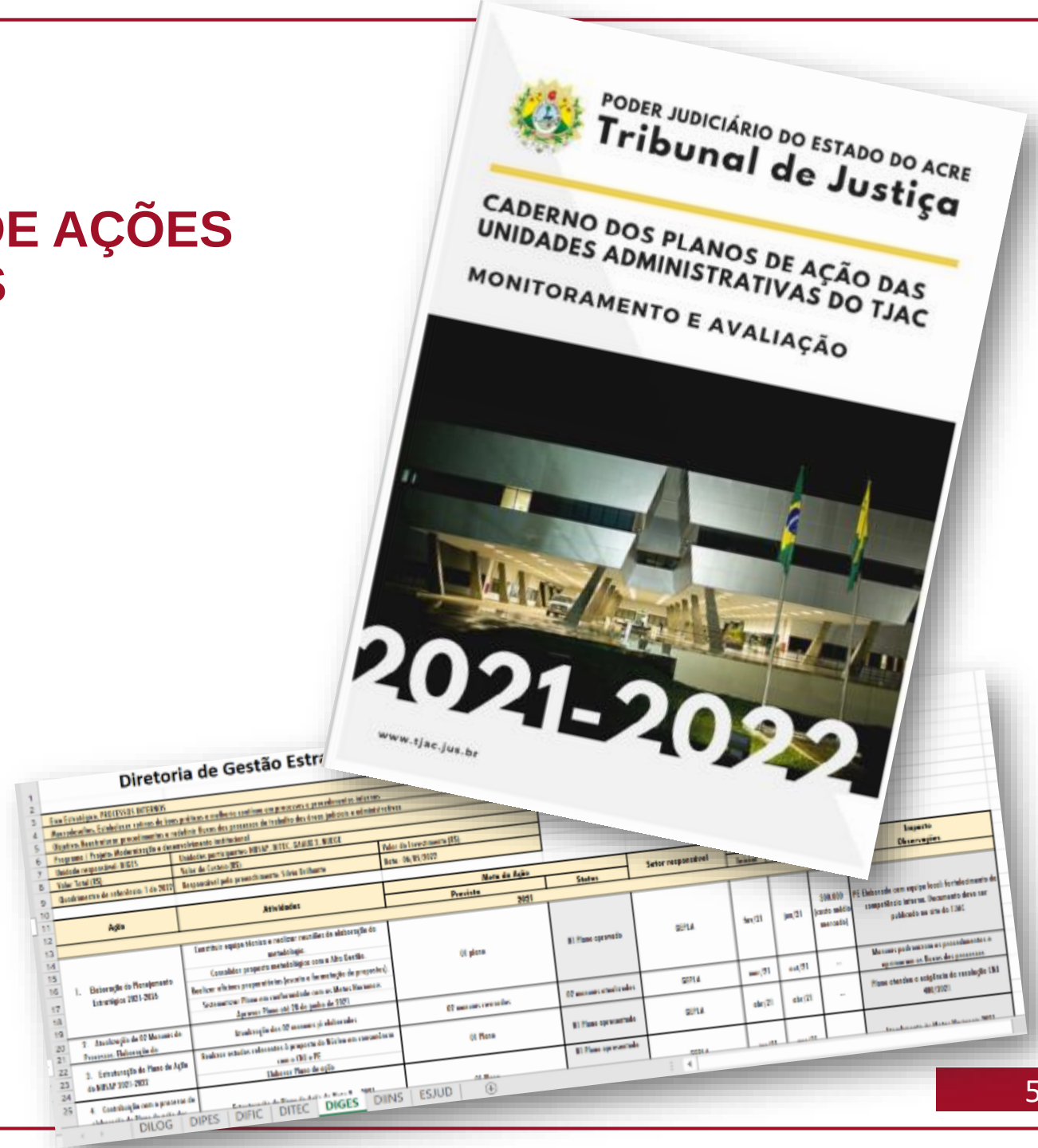


Resultados dos planos operacionais das Unidades Administrativas do TJAC

Resultados 2022

MONITORAMENTO DOS PLANOS DE AÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

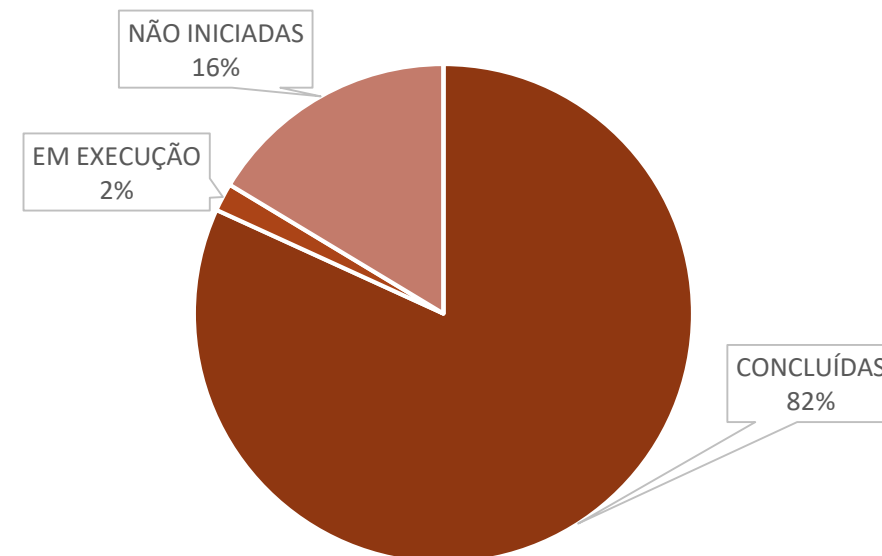
- CADERNO contendo os Planos de Operacionais das Unidades Administrativas elaborados pelas Unidades Administrativas do TJAC para o período 2021-2022 (ação, atividades, metas, status de cada meta, responsável, prazos de início e fim, custos e impactos);
- PLANILHA excel para preenchimento quadrimestral dos dados(*);
- (*) **Desafio para nova gestão:** implantar Sistema de Monitoramento que atenda plenamente ao planejamento.



RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DIPES 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	45	82%
EM EXECUÇÃO	1	2%
NÃO INICIADAS	9	16%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	55	100%

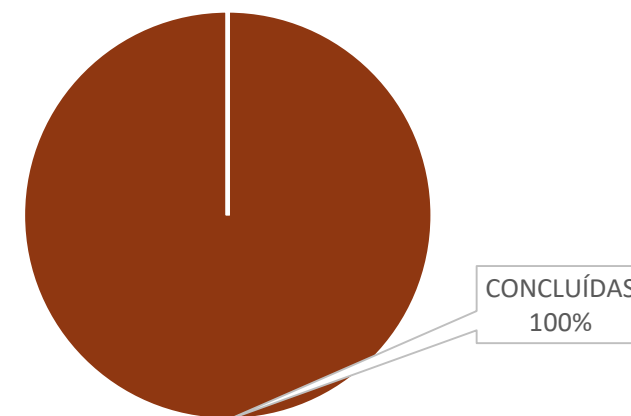
Desempenho das Atividades DIPES - 2022



RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DIFIC 2022

Desempenho das Atividades DIFIC - 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	10	100%
EM EXECUÇÃO	0	0%
NÃO INICIADAS	0	0%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	10	100%

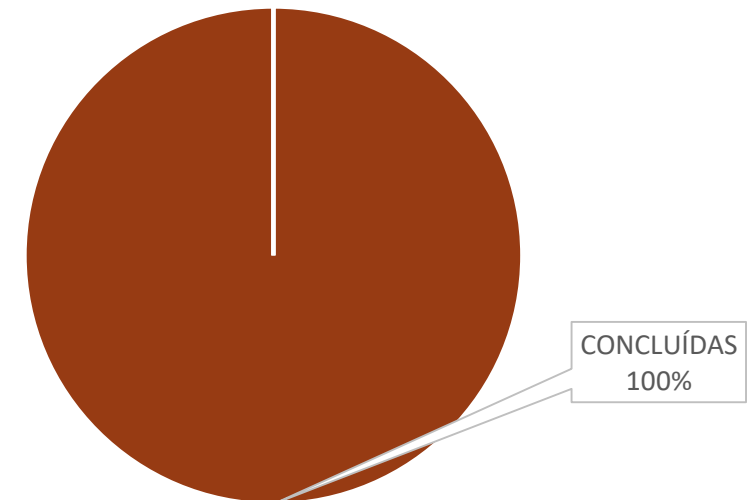


As atividades em execução têm caráter de rotina e são contínuas

RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DILOG 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	6	100%
EM EXECUÇÃO	0	0%
NÃO INICIADAS	0	0%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	6	100%

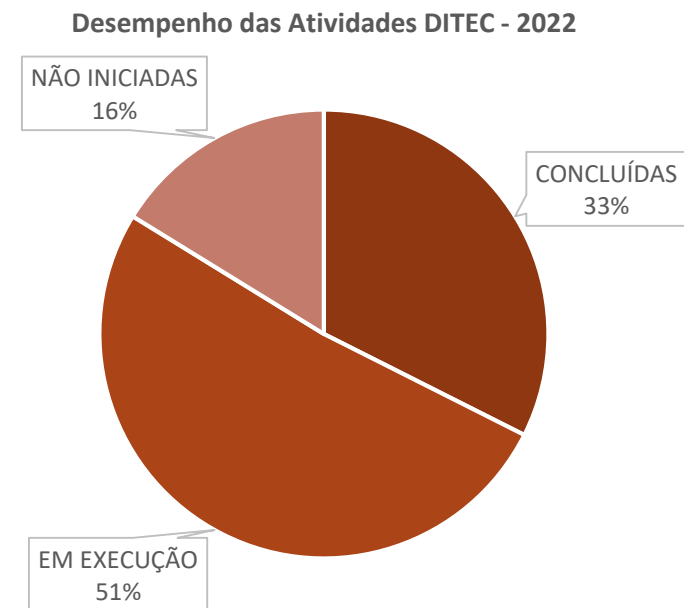
Desempenho das Atividades DILOG -2022



As atividades têm caráter de rotina e são contínuas

RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DITEC 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	12	33%
EM EXECUÇÃO	19	51%
NÃO INICIADAS	6	16%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	37	100%

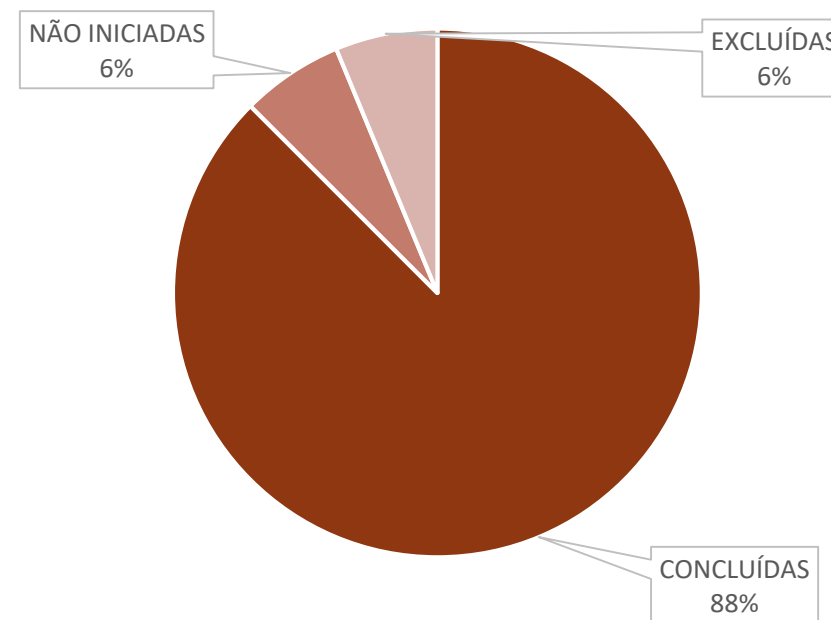


RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DIGES 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	28	88%
EM EXECUÇÃO	0	0%
NÃO INICIADAS	2	6%
EXCLUÍDAS	2	6%
TOTAL	32	100%

As atividades de natureza contínua foram consideradas concluídas
As atividades não iniciadas dependem da ação de outras unidades

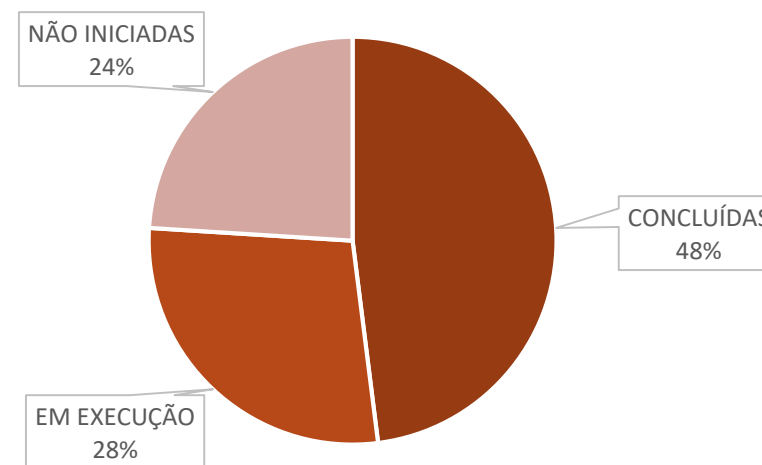
Desempenho das Atividades DIGES 2022



RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO DIINS 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	12	48%
EM EXECUÇÃO	7	28%
NÃO INICIADAS	6	24%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	25	100%

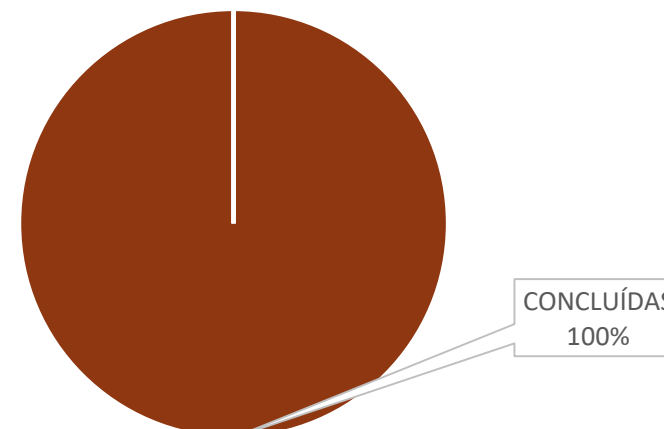
Desempenho das Atividades DIINS - 2022



RESULTADOS - PLANO DE AÇÃO ESJUD 2022

Desempenho das Atividades ESJUD - 2022

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	DESEMPENHO 2022
CONCLUÍDAS	55	100%
EM EXECUÇÃO	0	0%
NÃO INICIADAS	0	0%
EXCLUÍDAS	0	0%
TOTAL	55	100%





Indicadores de Desempenho do Planejamento Estratégico do TJAC

Resultados 2021 e 2022

MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO

- PAINEL contendo todos os indicadores adotados pelo TJAC para monitoramento do PE 2021-2026 (descrição, periodicidade de apuração, fórmula, unidade de medida, unidades responsável, polaridade, fonte de coleta valor de referência e as metas anuais para o período;
- PLANILHA excel para preenchimento e consolidação dos dados (*);
- (*) **Desafio para nova gestão:** implantar Sistema de Monitoramento que atenda plenamente ao planejamento.



PERSPECTIVA SOCIEDADE

Índice de Acesso à Justiça (IAJ)

Descrição

Busca medir o acesso à justiça, pensado a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (direitos e deveres, vulnerabilidade e acesso a serviços públicos; perfil e dinâmica demográfica; e padrão de resolução de conflitos, distribuição e acesso a serviços públicos e inovação tecnológica).

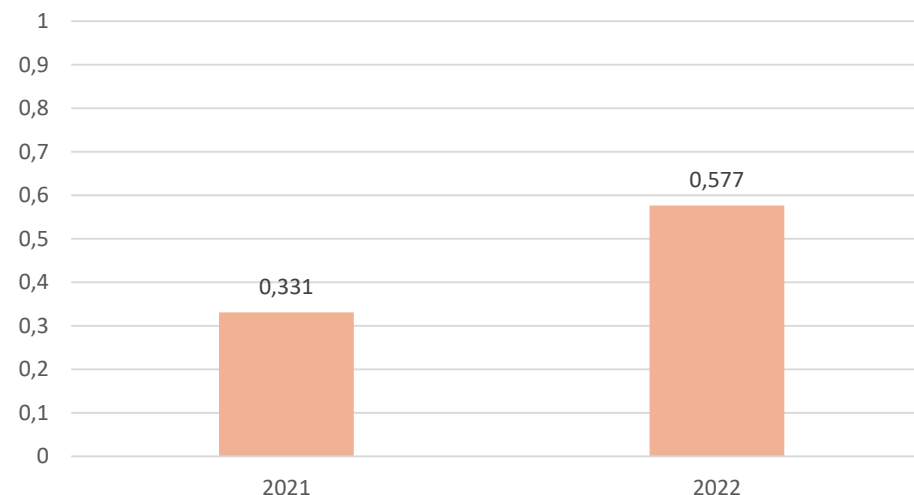
Meta 2021-2026

Ampliar em 0,25 até 2026, o Índice de Acesso à Justiça.

Meta 2022	IAJ 2022
0,381	0,577

Fonte: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>

Índice de Acesso à Justiça



Índice de Conciliação

Descrição

Percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Resolução CNJ n. 76. Serão consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias.

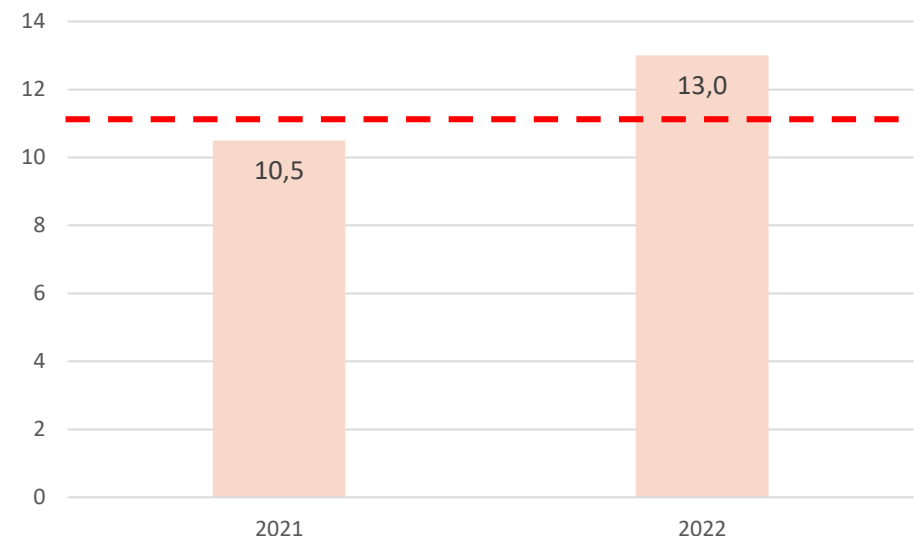
Meta

Alcançar, gradualmente, até 2026, o percentual de 15% para o Índice de Conciliação.

Meta 2022	Índice de Conciliação
11%	13,0%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>

Índice de Conciliação do TJAC



Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário

Descrição

Pesquisa a ser realizada com a sociedade e com os jurisdicionados, por meio de questionário, a fim de captar a satisfação dos usuários da Justiça (advogados, jurisdicionados, público em geral) quanto aos serviços prestados (atendimento no cartório; agilidade da tramitação processual; sistemas informatizados).

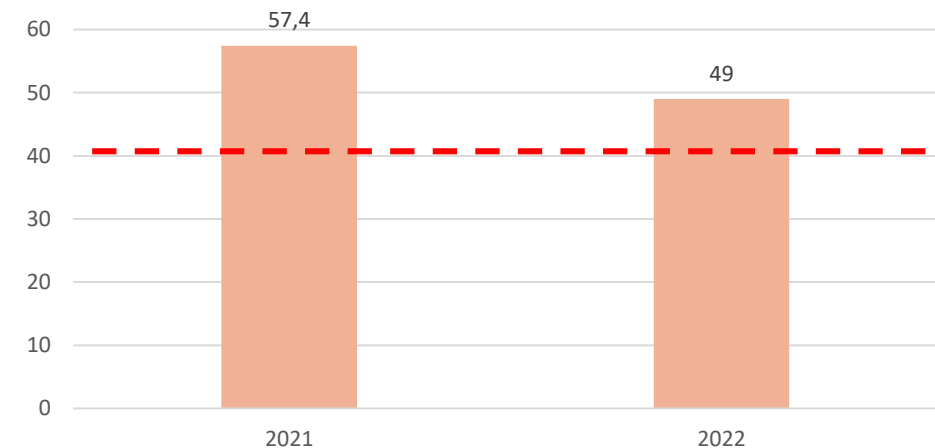
Meta

Ter mais de 40% das respostas considerando os serviços prestados pelo TJAC como ÓTIMO e BOM.

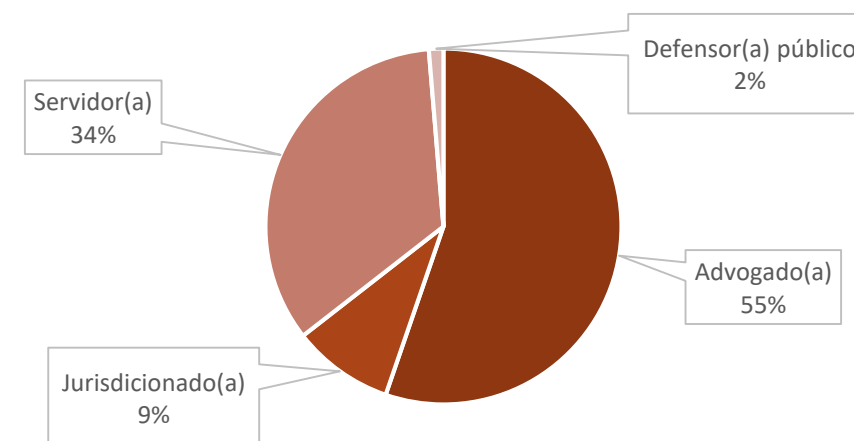
Meta 2022	Resultado 2022 (*)
40%	49%

(*) Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário, disponível durante os meses de junho e julho e teve 76 respondentes. DIGES.

% de respostas com ÓTIMO e BOM na avaliação do Poder Judiciário do Estado do Acre



Percentual de categorias dos respondentes da pesquisa de avaliação em 2022



Índice de Transparência

Descrição

Mede o quanto das informações da Instituição está disponível à Sociedade, de forma clara e padronizada, facilitando o acesso aos cidadãos. Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ 215/2015, alterado pela Resolução CNJ 260/2018.

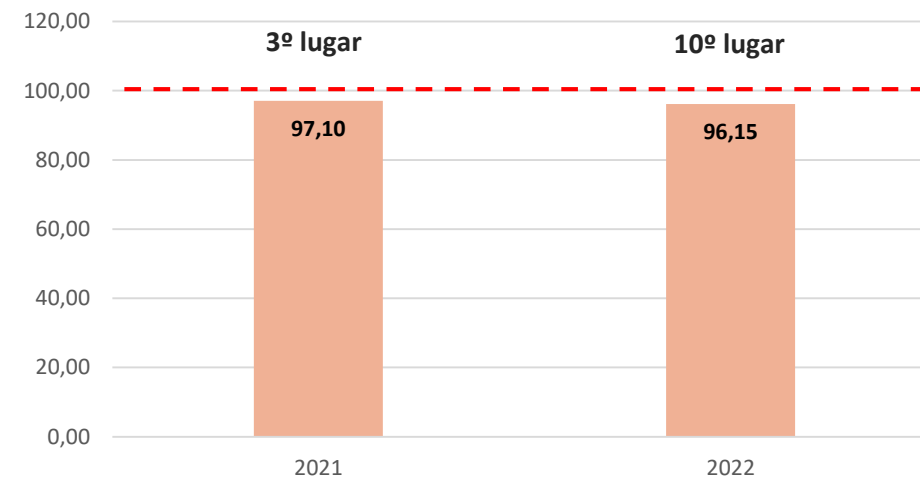
Meta

Manter-se entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais.

Meta 2022	Resultado 2022
3º lugar entre os TJ Estaduais	10º lugar

Fonte: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>

Índice de Transparência do TJAC



PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau

Descrição

Consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computando processos de 1º Grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

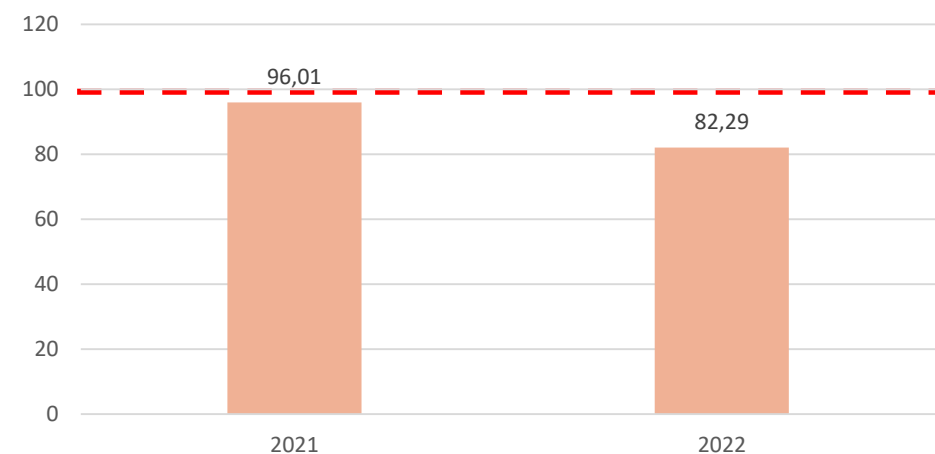
Meta

Alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no IAD no 1º Grau.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
100%	82,29%

(*) <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>. Atualização em jan/2023.

Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau do TJAC



Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau

Descrição

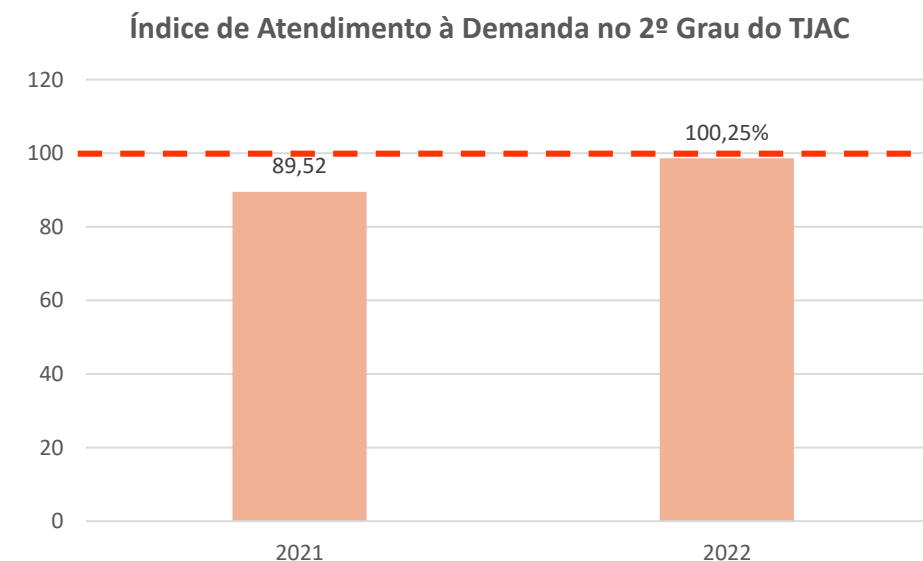
Consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computando processos de 2º grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

Meta

Alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no IAD no 2º Grau.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
100%	100,25%

(*) <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>. Atualização em jan/2023.



Índice de Atendimento à Demanda (IAD)

Descrição

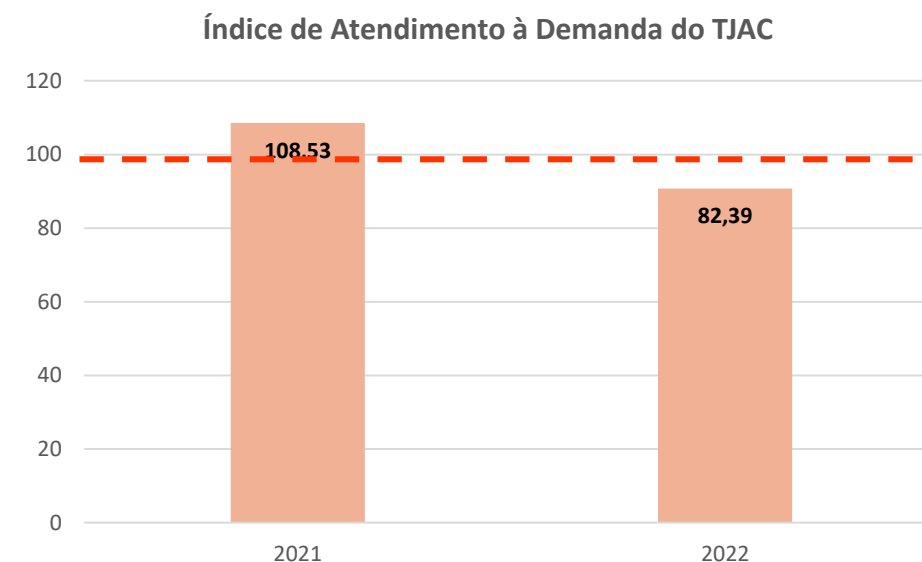
Indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computar os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução.

Meta

Alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no IAD.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
100%	82,39%

(*) <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>. Atualização em jan/2023.



Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)

Descrição

Indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. São computados os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.

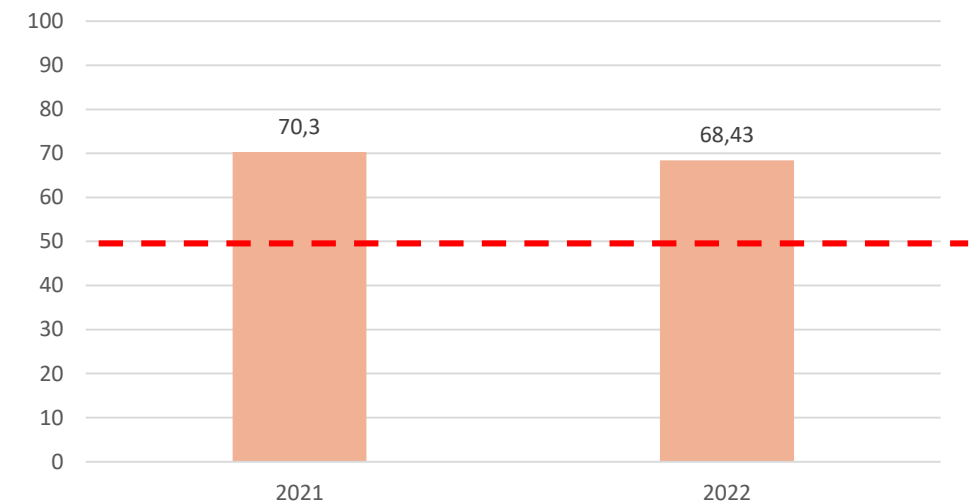
Meta

Reduzir para 50% ao ano, a taxa de congestionamento.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
50%	68,43%

(*) <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>. Atualização em jan/2023.

Taxa de Congestionamento Líquida no TJAC



Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos ‘Governança’ e ‘Qualidade da Informação’

Descrição

Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (correspondente ao antigo “Qualidade da Informação”), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.

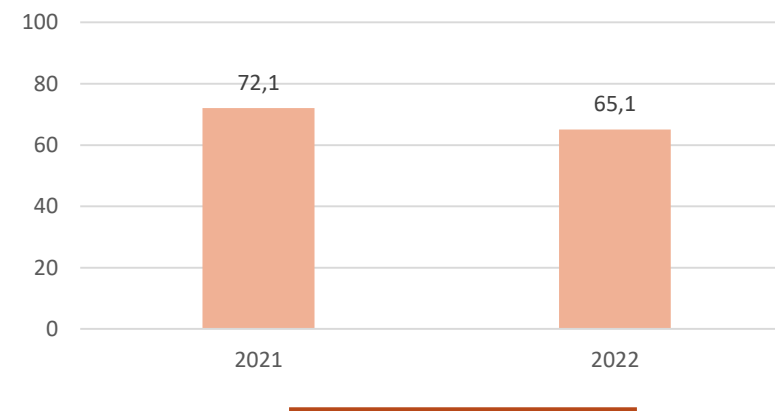
Meta

Aumentar, gradativamente, o Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos Governança e Dados e Tecnologia em 5,0% até o ano de 2026.

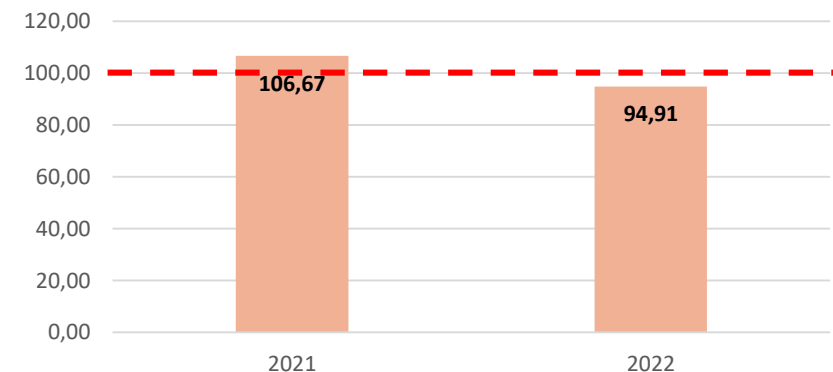
Meta 2022 (*)	Resultado 2022 (**)
68,59%	65,1%

(*) Fonte: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/resultados-premiocnj/2021-2/>

Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos ‘Governança’ e ‘Qualidade da Informação’ do TJAC



% do alcance do Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos ‘Governança’ e ‘Qualidade da Informação’ no TJAC, estipulado no PE 2021-2026



Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)

Descrição

Compara os tribunais de determinado ramo da Justiça a partir de **parâmetros de produtividade definidos** com base nas variáveis informadas no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ). Trata-se de uma metodologia de análise de eficiência que compara o resultado de cada tribunal em vista de sua produtividade. Avalia: o quanto o tribunal conseguiu baixar em um ano, considerando seu fluxo processual (total de processos baixados), além dos recursos financeiros e humanos disponíveis (despesa do tribunal - exceto gastos com inativos, número de servidores efetivos, requisitados e comissionados, número de magistrados e total de processos em tramitação).

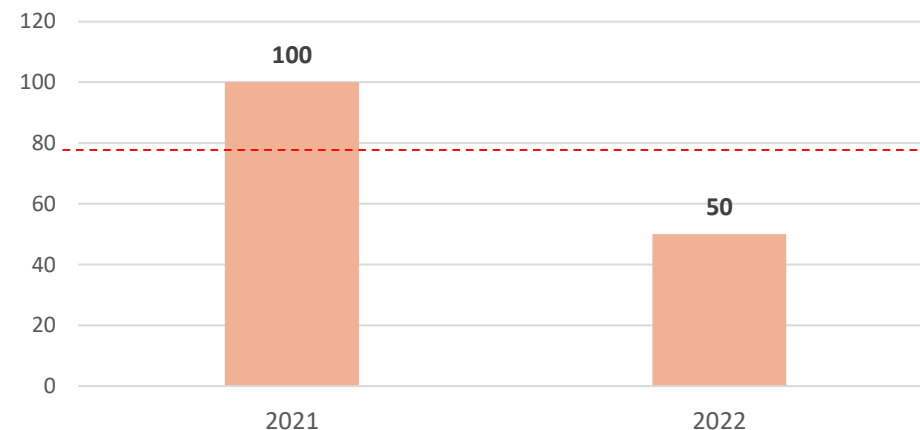
Meta

Alcançar, a cada ano, o patamar mínimo de 95% no IPC-Jus.

Meta 2022	Resultado 2022
95%	50%

Fonte: Justiça em Números 2022.

Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) no TJAC



Taxa de Encarceramento

Descrição

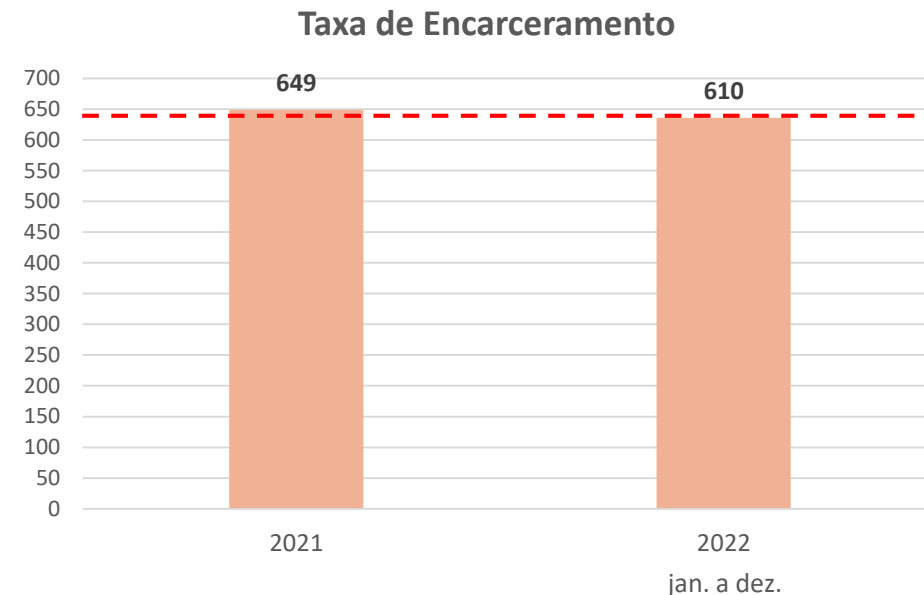
Indica o total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.

Meta

Reduzir em 10% a Taxa de Encarceramento até 2026.

Meta 2022	Resultado jan a jun 2022
644 presos/100 mil hab.	610 presos/100 mil hab.

IAPEN/AC. jan/2023.



No Acre, a taxa de encarceramento é praticamente o dobro da taxa nacional.
Taxa de Encarceramento Nacional = 310 presos/100 mil habitantes

Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)

Descrição

Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 400/2021. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanco Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ.

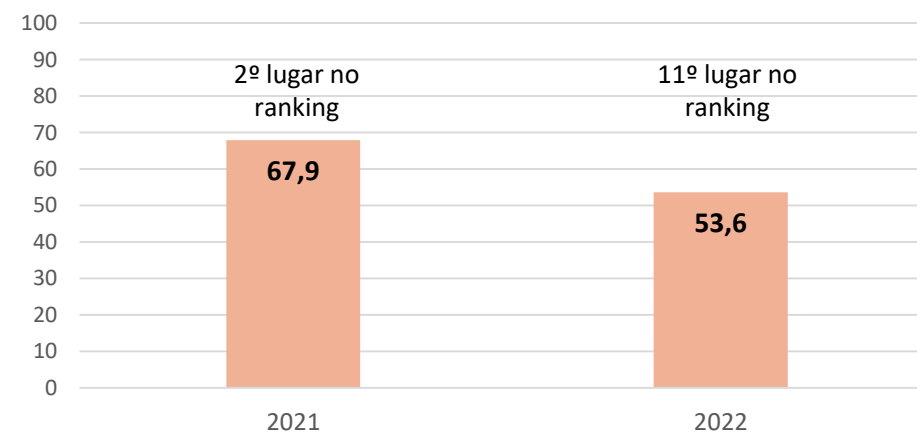
Meta

Manter-se entre as 3 melhores posições dentre os tribunais de justiça estaduais.

Meta 2022	Resultado 2022
3º lugar entre os TJ Estaduais	53,6% 11º

Fonte: 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário (CNJ, 2022).

Índice de Desempenho de Sustentabilidade do TJAC



PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV)

Descrição

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

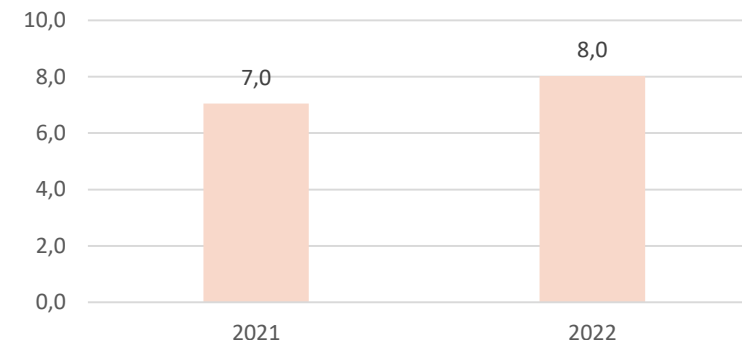
Meta

Ampliar em 2%, a cada ano, de forma cumulativa o percentual de participação.

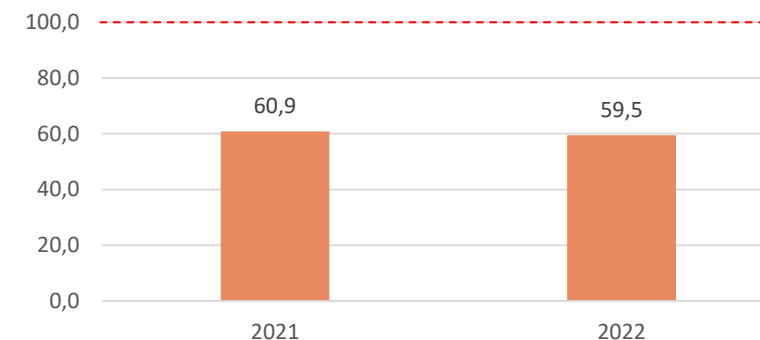
Meta 2022	Resultado 2022
13,5%	8%

Dados: DIPES.

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV)



Percentual de cumprimento do indicador percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV)



Índice de Absenteísmo-Saúde

Descrição

Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria.

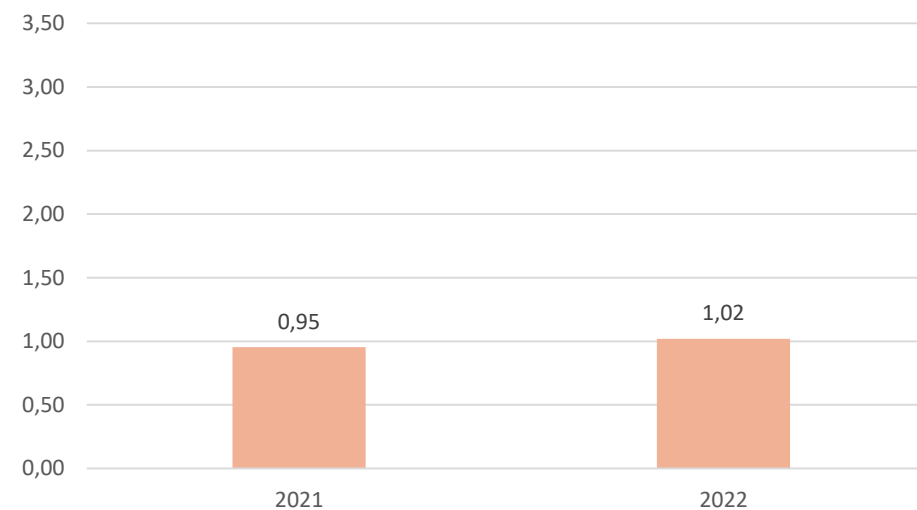
Meta

Manter o índice de absenteísmo até 2026, menor que 3%.

Meta	Resultado 2021	Resultado 2022
< 3%	0,95	1,02

Fonte: DIPES, 2022.

Índice de Absenteísmo-Saúde do TJAC



Índice de Satisfação Interna

Descrição

Mede, por meio de questionário, a satisfação dos magistrados e servidores no período de 1 ano, trata-se de pesquisa a ser realizada com magistrados e servidores, a fim de captar a percepção quanto à satisfação e o clima organizacional dentro do Tribunal de Justiça.

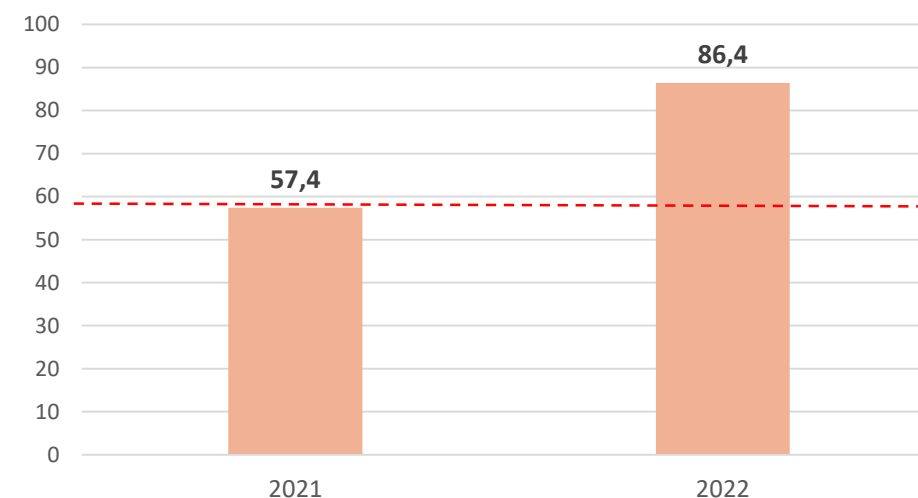
Meta

Ter mais de 57% das respostas considerando as condições de trabalho no TJAC como ÓTIMA e BOA.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
57%	86,4%

(*) DIPES. A Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário, ficou disponível em outubro/novembro e teve 231 respondentes.

Índice de Satisfação Interna no TJAC



Índice de capacitação de magistrados(as)

Descrição

Percentual de magistrados capacitados (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados.

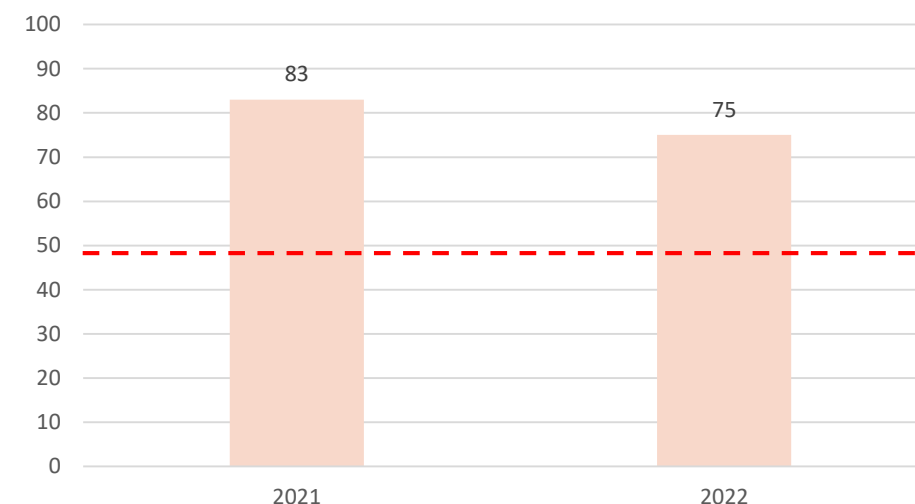
Meta

Manter percentual maior que 50% no índice de capacitação de magistrados até 2026.

Meta 2022	Resultado 2022
50%	75%

Fonte: ESJUD, 2022.

Índice de Capacitação de Magistrados(as) do TJAC



Índice de capacitação de servidores(as)

Descrição

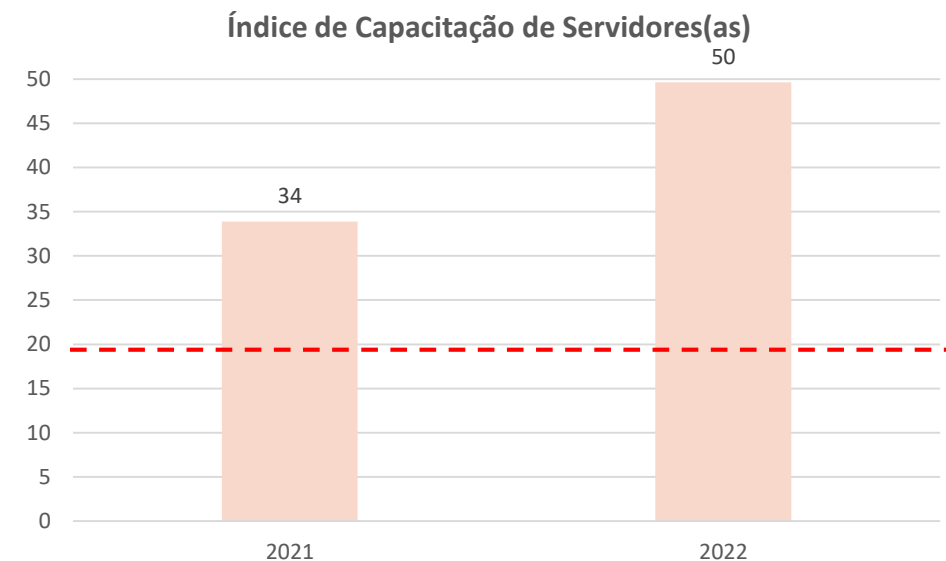
Percentual de servidores capacitados (participantes que concluíram curso de capacitação) em relação ao total de servidores.

Meta

Manter percentual maior que 20% no índice de capacitação de servidores até 2026.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
20%	50%

Fonte: ESJUD, 2022.



Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)

Descrição

Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação desenvolvido com o propósito de o CNJ identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, apuração do iGovTIC-Jud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.

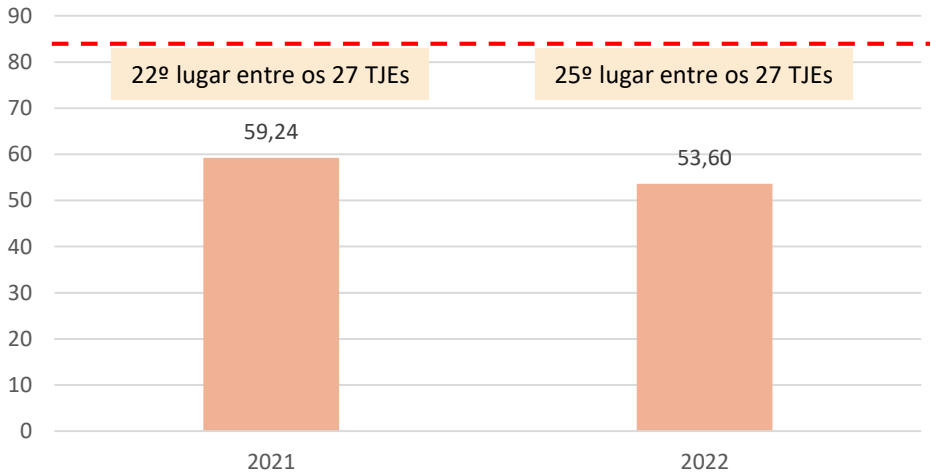
Meta

Classificar-se, a cada ano, entre os 10 primeiros TJ Estaduais no iGovTIC-JUD.

Resultado iGovTIC-JUD (*)	Nível de Maturidade	Posição entre os 27 TJ Estaduais
53,60%	Satisfatório	25º lugar

Fonte: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>> Disponível em: 11/10/2022

iGov-TIC-JUD do TJAC



PERSPECTIVA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD)

Descrição

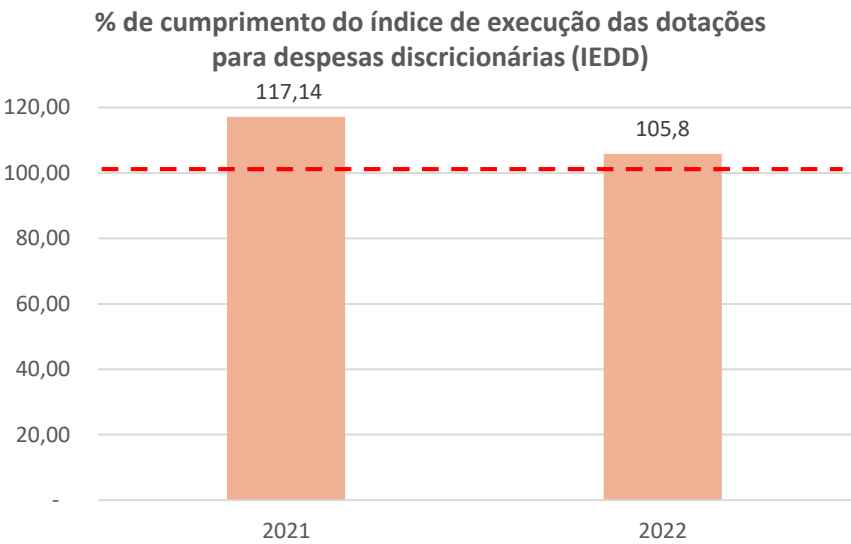
Indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

Meta

Ampliar em 2% até 2026, o índice de execução das despesas discricionárias.

Ano	Meta	Resultados
2021	64,01%	74,98%
2022	64,41%	68,17%

Fonte: DIGES, 2023.



Índice de execução das dotações para projetos (IEP)

Descrição

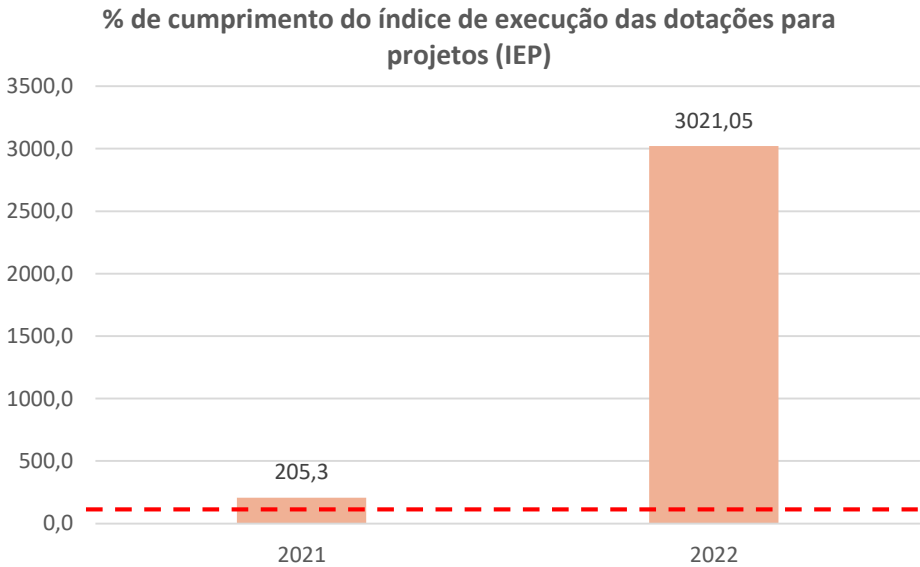
Indica o grau de aproveitamento das dotações para despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas prioridades.

Meta

Ampliar em 1% até 2026, o índice de execução das dotações para projetos.

Ano	Meta	Resultados
2021	1,51%	3,10%
2022	1,71%	51,66%

Fonte: DIGES, 2023.



O percentual muito acima do que foi planejado, se justifica pelo período de paralização na pandemia nos anos anteriores, o que fez com que o ano de 2022 tivesse uma execução muito acima da média.

Percentual de Comarcas do TJAC com PJe implantado

Descrição

Mede o percentual de comarcas com 'Processo Judicial Eletrônico' (PJe) implantado, visa unificar a prestação jurisdicional do Estado com as recomendações do CNJ.

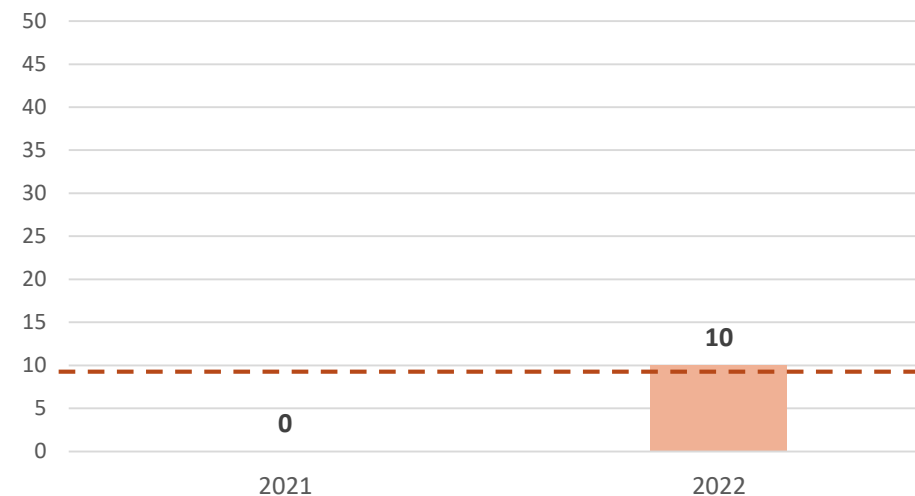
Meta

Implantar o PJe em 100% das comarcas do TJAC, até 2026.

Meta 2022	Resultado 2022 (*)
10%	10%

Fonte: DITEC, jan. 2023.

Percentual de implantação do PJe





Resultados do TJAC para alcance das Metas Nacionais

Resultados 2021 e 2022

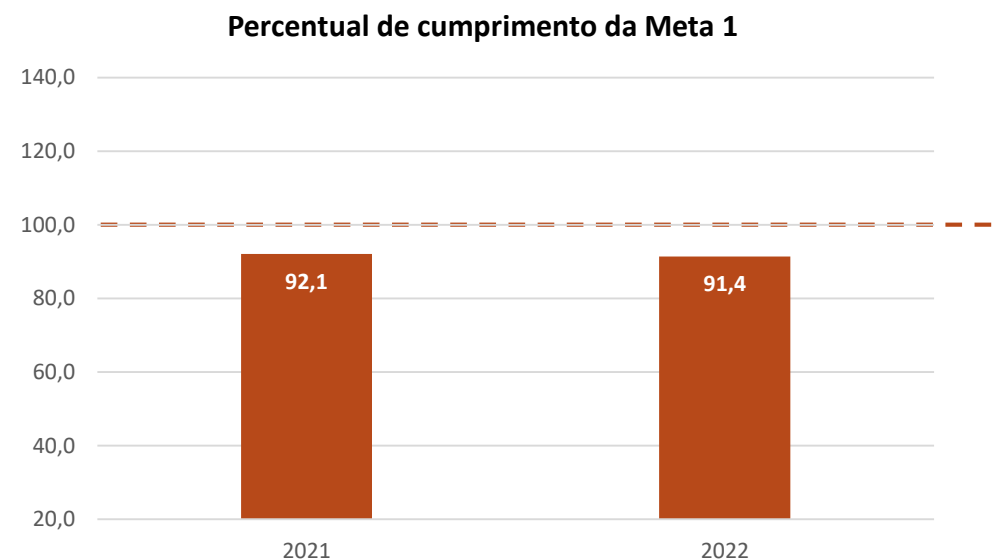
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Descrição

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Critério de cumprimento 2022	Resultado 2022
≥ 100%	91,4%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>

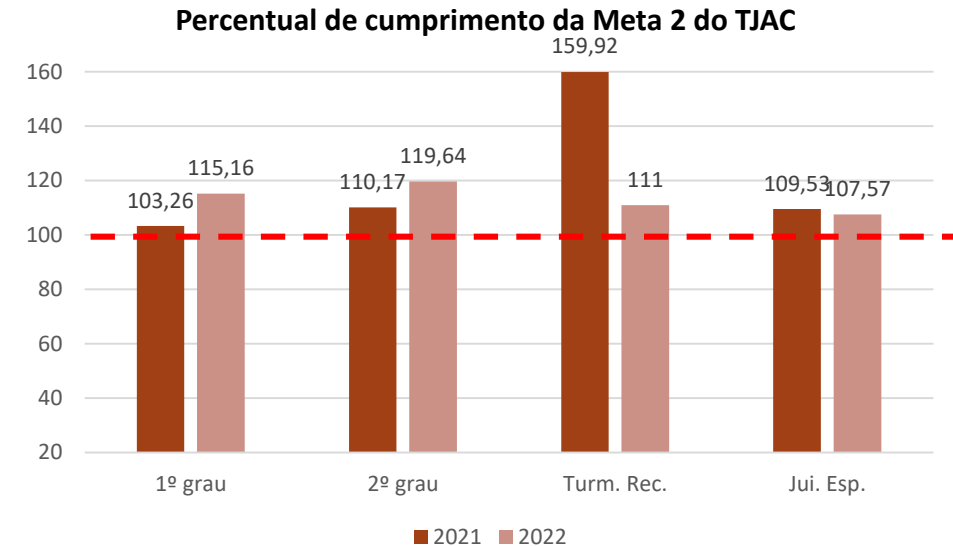


Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Descrição

Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos: No 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018; No 2º grau, 80% dos distribuídos até 31/12/2019 e; Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Instância	Critério de cumprimento 2022	Resultado 2022
1º grau	100%	115,16%
2º grau	100%	119,64%
Juizados especiais	100%	111,00%
Turmas recursais	100%	107,57%



A Meta 2 objetiva reduzir o estoque de processos antigos e atender ao art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

O TJAC alcança, a cada ano a meta estabelecida pelo CNJ, no entanto, existe um estoque residual, somando todas instâncias, de 2.927 processos, cujos critérios de cumprimento da Meta 2, não contemplam esse acervo.

Meta 3 – Estimular a conciliação

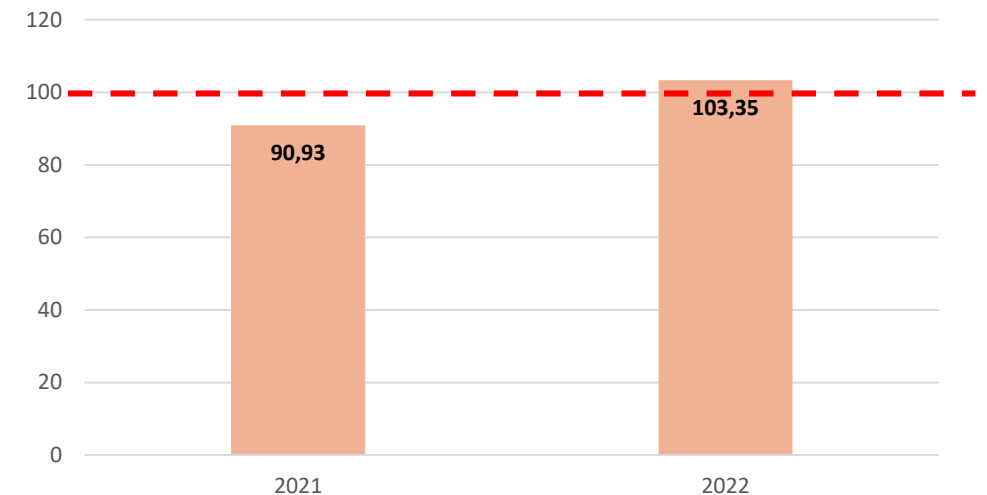
Descrição

Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.

Ano	Meta	Resultados alcançado	% de cumprimento
2021	11,1%	10,5%	90,93%
2022	12,5%	20,5%	103,35%

(*) Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metasp-2022/>

Percentual de cumprimento da Meta 3 do TJAC



Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

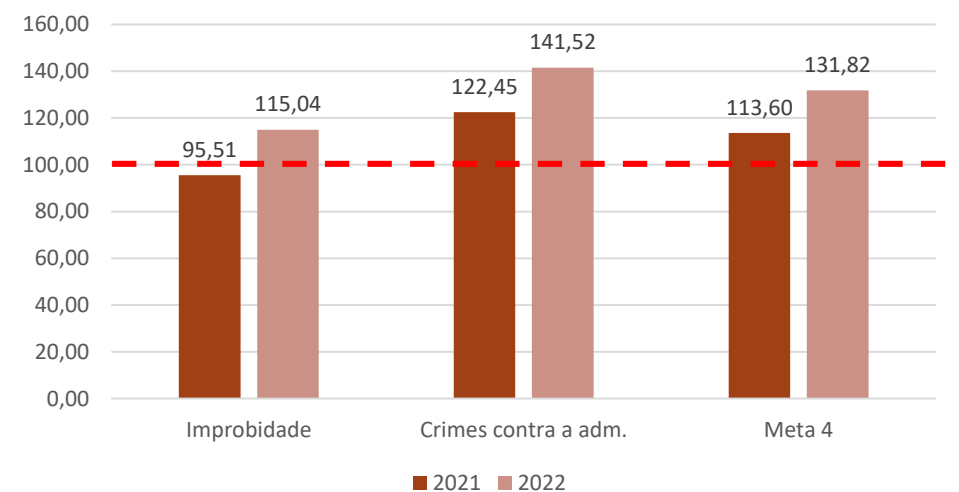
Descrição

Identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Ano	Critério de cumprimento	% de cumprimento	Improbidade	Crimes contra a adm.
2021	100%	113,60%	95,51%	122,45%
2022	100%	131,82%	115,04%	141,52%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>

Percentual de cumprimento da Meta 4 do TJAC



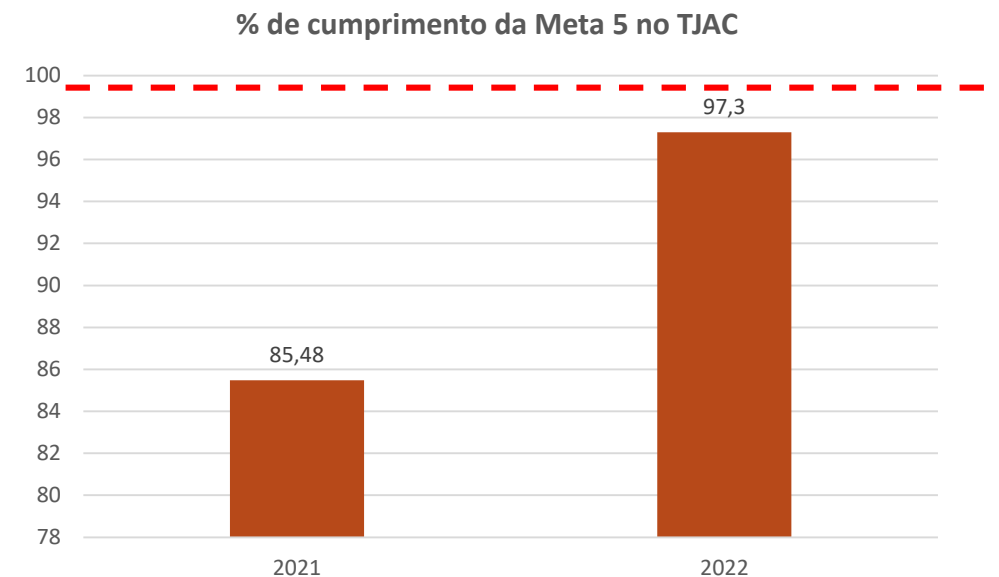
Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

Descrição

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Ano	Tx. Congestionamento líquida	% de cumprimento
2021	80,85%	85,48
2022	66,90%	97,30

Fonte: <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html/>



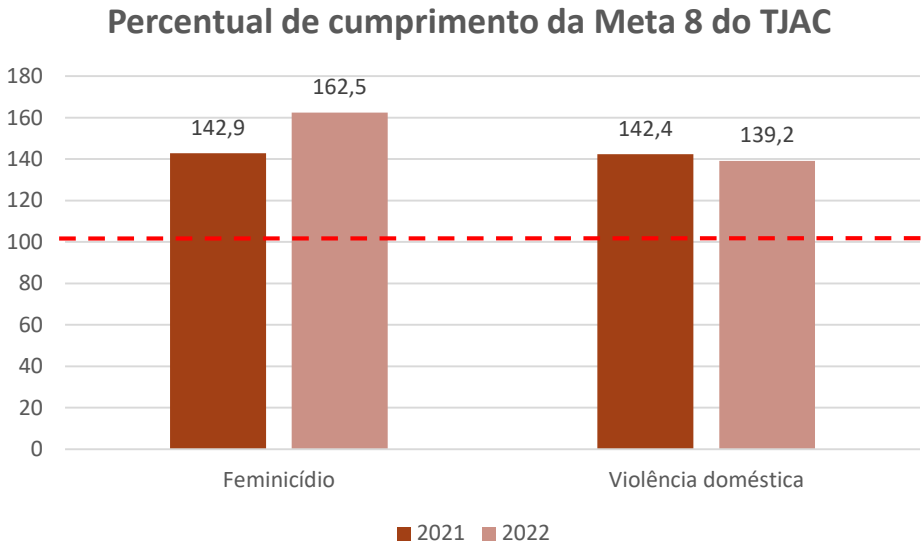
Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Descrição

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.

Resultado 2021		Resultado 2022	
Feminicídio	Violência Doméstica	Feminicídio	Violência Doméstica
142,9%	142,4%	162,5%	139,2%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>



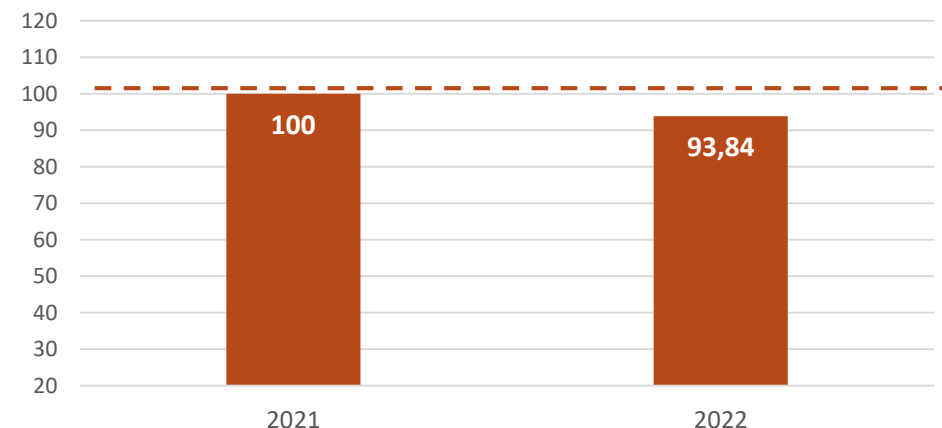
Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Descrição

Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Ano	Critério de cumprimento
2021	• Elaborado e enviado ao CNJ o Plano de Ação no tema: Violência contra mulher • Executar as ações do Plano
2022	• Instituído o LIODS • Elaborado e enviado ao CNJ o Plano de Inovação • Monitorar % de execução do plano

Percentual de cumprimento da Meta 9
no TJAC



Meta 10 – Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 (meta nova)

Descrição

Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. A meta estará cumprida se, até o final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%.

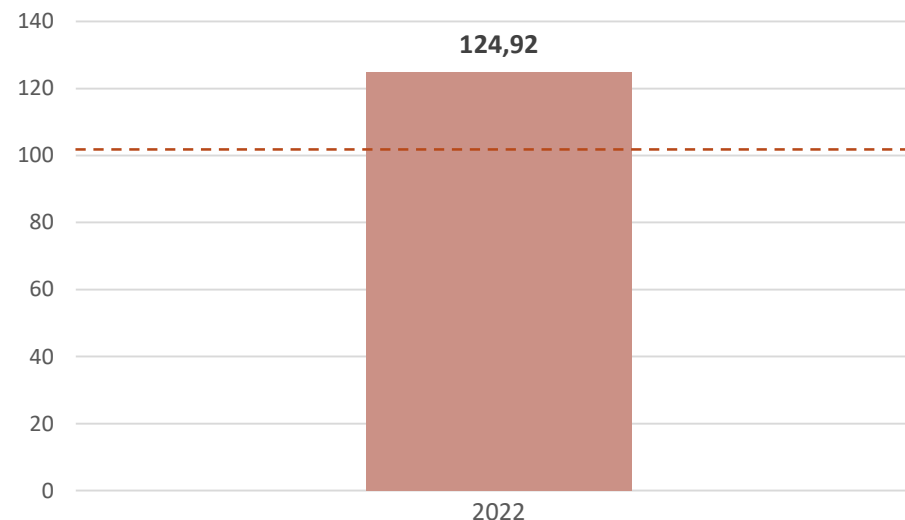
Resultado 2022

124,92%

(*) Resultado em <https://www.tjac.jus.br/metasp-2022/>.

- Quantidade de unidades judiciárias do tribunal.
- Quantidade de unidades judiciárias com o “Juízo 100% Digital” implementado.
- Quantidade de “Núcleos de Justiça 4.0” instituídos no tribunal.
- Quantidade de unidades judiciárias com o “Balcão Virtual” implementado.
- Quantidade de sistemas processuais que o tribunal utiliza.
- Quantidade de sistemas processuais que o tribunal utiliza conectados à PDPJ.
- Quantidade de módulos que o tribunal desenvolve para a PDPJ.
- O tribunal implementou o sistema Codex?

Percentual de cumprimento da Meta 10 no TJAC



Meta 11 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente (meta nova)

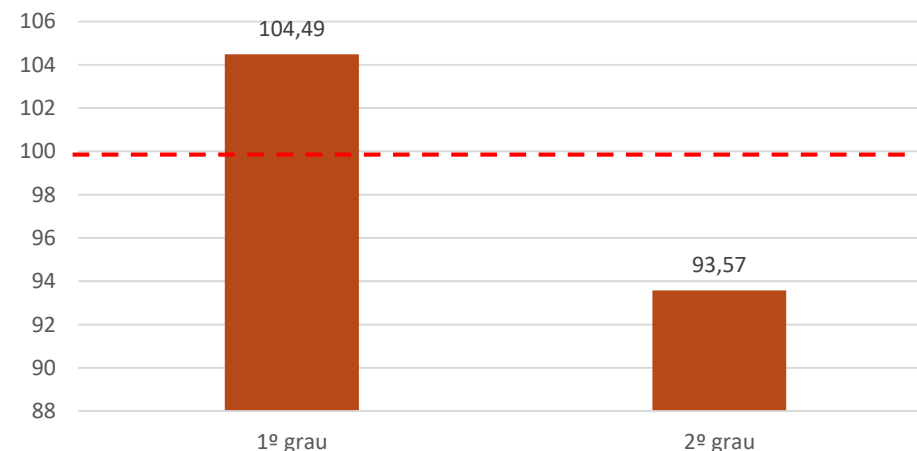
Descrição

Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias

Instância	Critério de cumprimento	Resultado 2022
1º grau	≥ 100%	104,49%
2º grau	≥ 100%	93,57%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>

Percentual de cumprimento da Meta 11 do TJAC



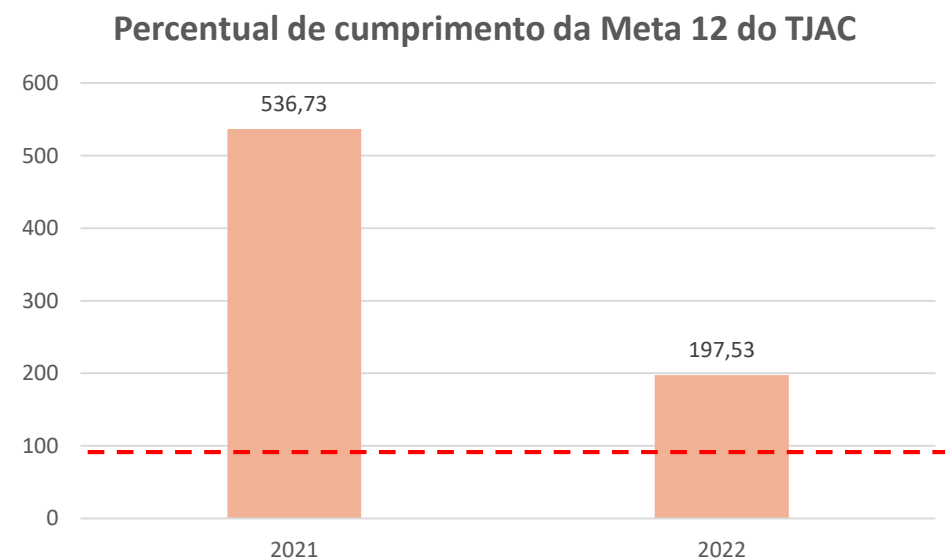
Meta 12 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Descrição

Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2021.

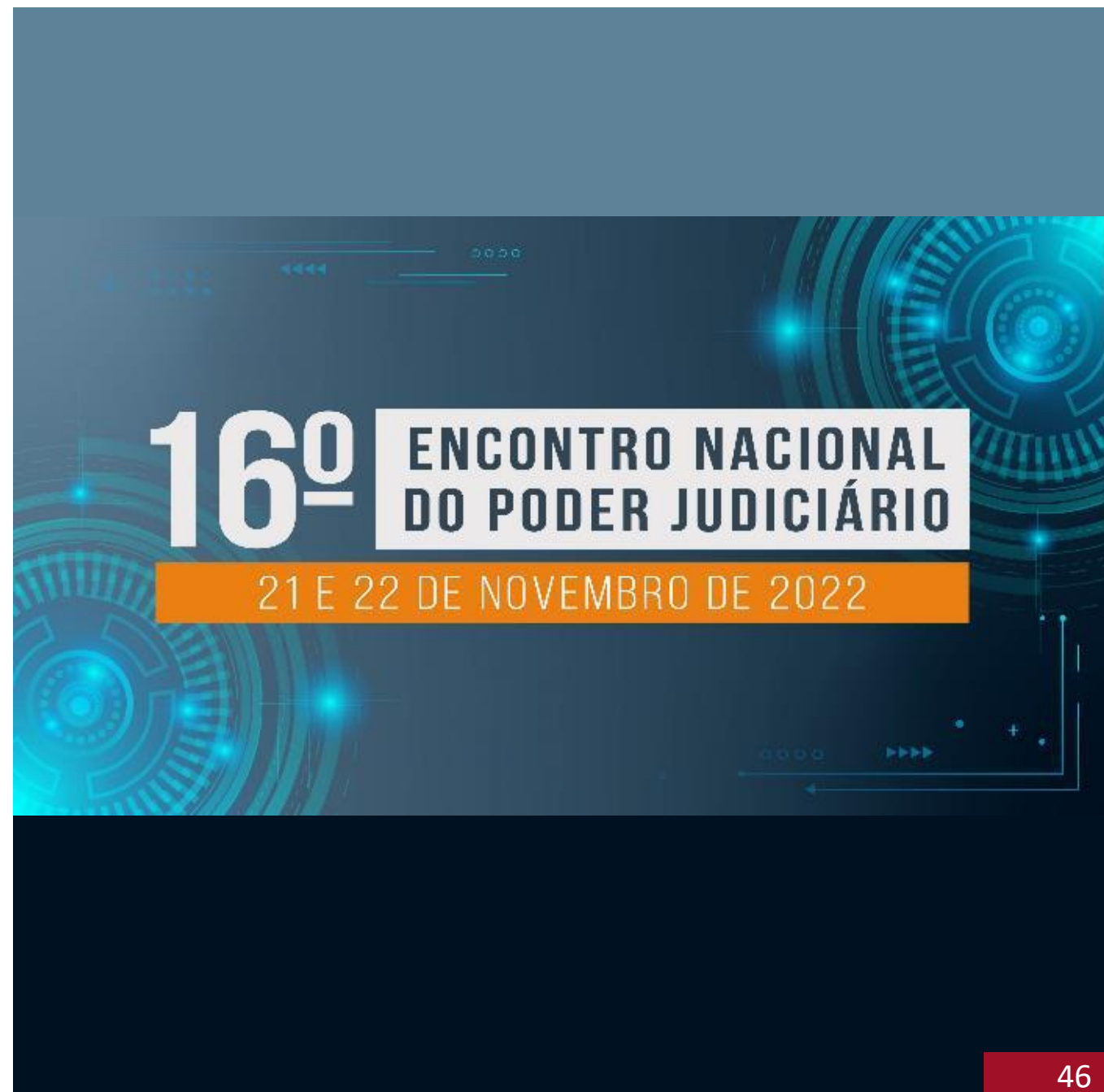
Critério de cumprimento 2022	Resultado 2022
100%	197,53%

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/metas-2022/>



Elaboração das Metas Nacionais 2023

- O processo de formulação das metas constitui um esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano (iniciou em maio), sob a coordenação do CNJ e apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culminará em novembro, com a aprovação das metas nacionais pelos presidentes dos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário.





DESTAQUES

- Elaboração de Planos Institucionais
- Captação de Recursos
- Investimento em TI
- Projetos Estratégicos
- Ranking de Transparência
- Prêmio CNJ de Qualidade

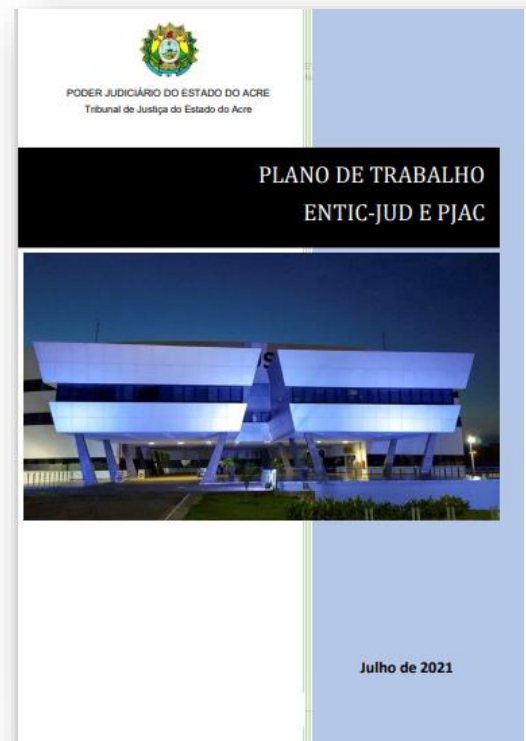
PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Plano de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Acre 2021-2023
- Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre 2021-2026
- Plano de Ação do NUSAP 2021-2022
- Plano de Logística Sustentável 2021-2026



PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- CADERNO com os Planos de Ações das Unidades Administrativas e da ESJUD
- FORMULÁRIO de acompanhamento da execução das ações
- Plano de Trabalho – ENTIC-JUD do TJAC 2021
- Plano de Ação da META 9



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Monitoramento dos Planos de Ação de Planejamento Estratégico 2021-2026
Exercícios 2021-2022

Expo Estratégico:		Unidades participantes:		Valor do Investimento (R\$):		Data:	
Macrodesafios:	Objetivo:	Valor do Custeio (R\$):	Responsável pelo preenchimento:	Setor responsável:	Prazo Inicial	Prazo Final	Custo (R\$)
Programa / Projeto:	Unidade responsável:	Meta de Ação	Realizada	Provisória			
Valor Total (R\$):	Quadrimestre de referência:						
Ação	Atividades						

PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Painel de Indicadores de desempenho do TJAC
- FORMULÁRIO de monitoramento dos indicadores
- Plano de Fortalecimento da Gestão de TIC do TJAC 2021-2026
- Plano de Ação do Plano de Logística Sustentável



ANO	VALG
2021	0,331
2022	0,381
2023	0,431
2024	0,481
2025	0,531
2026	0,581

ANO	VALG
2021	0
2022	0
2023	0
2024	0
2025	0
2026	0



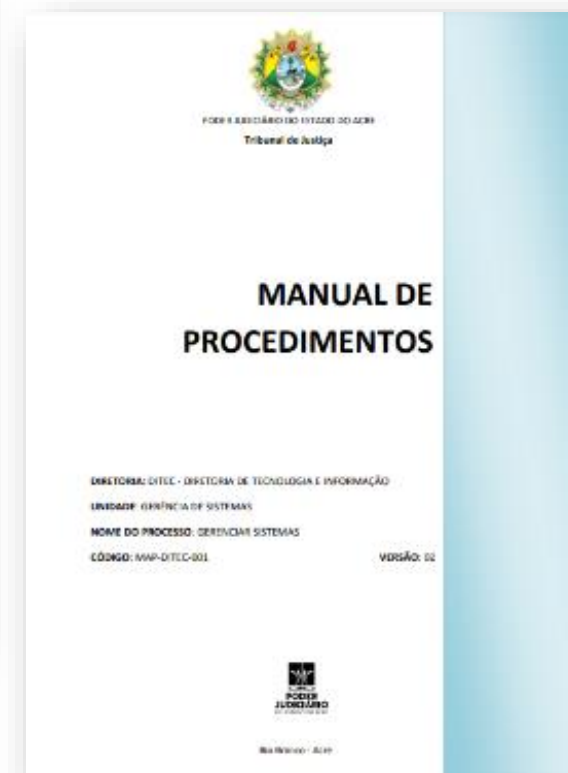
PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Revisão do Plano de Logística Sustentável - PLS 2021-2026
- Organização de um sistema de acompanhamento dos indicadores do PLS
- Elaboração do Plano de Transformação Digital 2022



PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Elaboração do Plano de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) – TJAC
- Elaboração do Plano de Gestão de Riscos do TJAC – 2022
- Elaboração do Manual de Procedimentos da Gestão de Riscos



PLANOS INSTITUCIONAIS ELABORADOS – APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado do Acre
- Plano de Ação da META 9 (2022) – Plano de Inovação do LIODS
- Cadeia de Valor do Poder Judiciário do Estado do Acre – em elaboração
- Revisão e elaboração de 57 manuais de processo de trabalho do TJAC em 2022(*)



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- Portfólio de Projetos 2021
- Portfólio de Projetos 2022
- Plano de Investimentos 2021-2022



DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS CAPTADOS, POR FONTE, NOS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2022

FONTE	2021 (R\$) em milhões	2022 (R\$) em milhões	TOTAL (R\$) em milhões
ACRÉSCIMO AO DUODÉCIMO	39,0	47,0	86,0
OGU e OGE	19,6	4,6	24,2
RECEITAS PRÓPRIAS	25,0	49,4	74,4
TOTAL	85,9	101,0	186,9

- A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), promove a governança ágil e a transformação digital, por meio de serviços e soluções digitais inovadoras, para tanto, **deve ter caráter continuado e permanente** (Resolução CNJ nº 370/2021);
- Em 2021/2022 foram investidos recursos na ordem de **R\$ 16,7 milhões**, nesta área.



CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE RECEITAS VIGENTES EM 2022

ITEM	ANO	OBJETO	ÓRGÃO	VALOR GLOBAL - R\$
1	2019	Programa Justiça Comunitária em Rio Branco	Município de Rio Branco	75.469,76
2		Instalação de sistema de videoconferência no âmbito do Tribunal de Justiça do Acre	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJSP	7.677.412,17
3		Projeto Cidadão	Ministério da Justiça - MJSP	808.481,51
4	2020	Fortalecendo Vidas em Rio Branco Acre - Democratizar a prática de esporte e da leitura entre as crianças e adolescentes	Ministério da Justiça - MJSP	202.270,08
5		Projeto Cidadão (Ribeirinhos e Indígenas)	Ministério da Justiça - MJSP	822.698,99
6		Programa Justiça Comunitária Cruzeiro do Sul e Sena Madureira	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	250.000,00
7		Modernização do Parque Computacional	Ministério da Justiça - MJSP	1.365.000,00
8		Implantação do Centro de Atenção na Vara de Proteção à Mulher em Cruzeiro do Sul	Ministério da Economia - ME	250.000,00
9	2021	Modernização do Parque Computacional TJAC	Ministério da Economia - ME	200.000,00
10		Resgate da Cidadania	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (MPT)	67.302,60
11		Usina de Energia Solar no Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Governo do Estado do Acre	3.500.000,00
12		Construção da 2ª etapa do Centro Administrativo do em Brasília	Governo do Estado do Acre	3.711.000,00
13		Modernização do Parque Tecnológico do TJAC	Governo do Estado do Acre	7.295.000,00
14		Reformas e adequações no interior e Comarca de Rio Branco	Governo do Estado do Acre	3.000.000,00
15	2022	RADIOATIVO	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	485.000,00
TOTAL				29.642.332,51

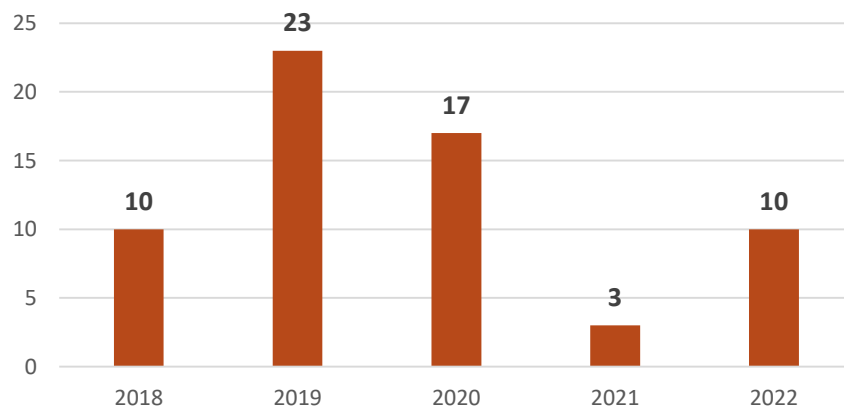
EMENDAS PARLAMENTARES - OGU 2022

Objeto	Concedente	Valor (R\$)	Prazos	Situação de Atendimento das Diligências
Execução do Projeto Justiça Acreana Sustentável - Implantação de Usina Solar Fotovoltaica na Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul - AC	Ministério da Economia (ME)	300.000,00	Em elaboração do Plano de Trabalho	ATENDIDO. Projeto Enviado para SEPLAG. Plano de Trabalho e Ofício de Solicitação.
		700.000,00		
Execução do Projeto Fortalecendo Vidas - Etapa de Capacitação Profissional de Adolescentes	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	350.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Execução do Projeto Jardim das Margaridas - Apoio às ações do Educandário Santa Margarida	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	300.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Estruturação do Escritório Social na Comarca de Rio Branco- AC	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	400.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida em 15/09/2022 falta enviar para análise
		200.000,00		
Execução do Projeto Arte do Ser	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	100.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Execução do Projeto Jardim das Margaridas - Apoio às ações do Educandário Santa Margarida	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	300.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
Implantação do Projeto Mediação de Conflitos nas Escolas no Município de Cruzeiro do Sul	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	150.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Última Diligência Atendida.
		150.000,00		
Estruturação de Casas Terapêuticas no Acre: Estrela da Manhã e Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH)	300.000,00	Proposta em Análise pelo MDH	ATENDIDO. Segunda Diligência Atendida, aguardando demais Diligências do MDH
		300.000,00		
Estruturação da Central de Processamento Eletrônico (CEPRE)	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	350.000,00	Proposta em Complementação 16/09/2022	ATENDIDO. Segunda Diligência Atendida
Apoio às entidades terapêuticas que atendem mulheres em drogadição (Apoio às atividades da AREDACRE)	Ministério da Economia (ME)	200.000,00	Plano de Trabalho em Análise	ATENDIDO. Projeto Enviado para SEPLAG. Plano de Trabalho e Ofício de Solicitação.
TOTAL		4.100.000,00		

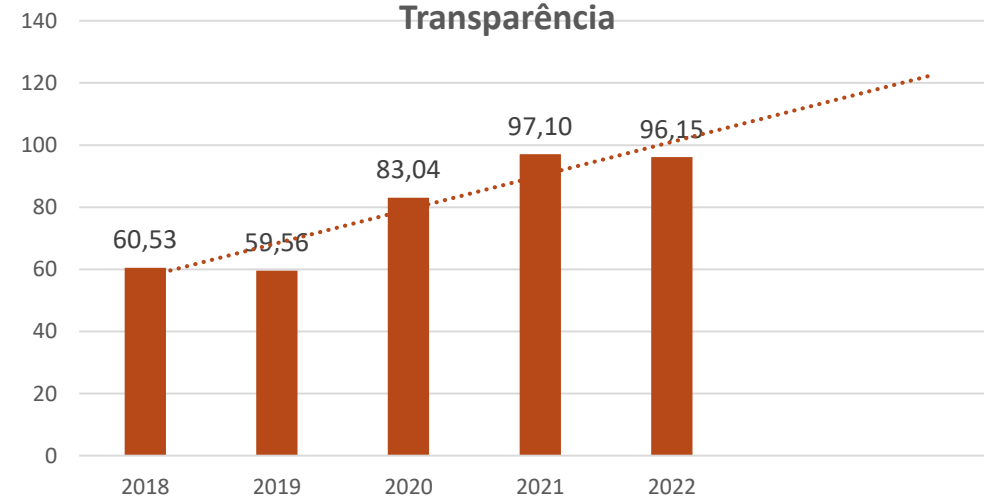
Ranking de Transparência CNJ

- Em 2022, dos 84 itens do Ranking da Transparência, o TJAC recebeu pontuação máxima em 81 itens;
- Embora o posição do TJAC tenha saído do 3º lugar, em 2021, para 10º lugar, em 2022, a pontuação diminuiu apenas 0,95%, demonstrando que foi mantido o mesmo nível técnico.

Classificação do TJAC entre os TJs Estaduais
no Ranking da Transparência



% de cumprimento do TJAC nos itens do Ranking da
Transparência

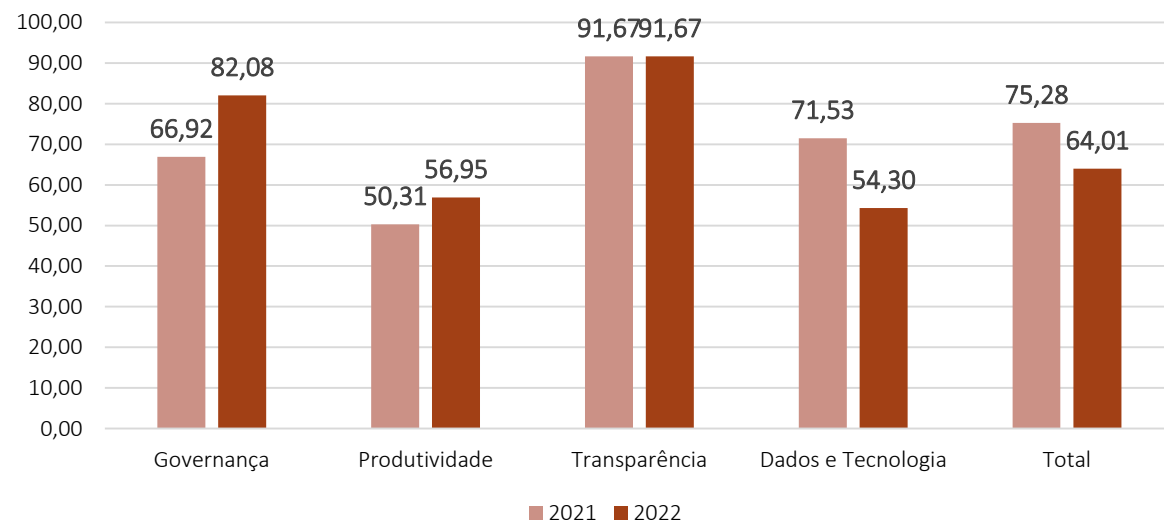




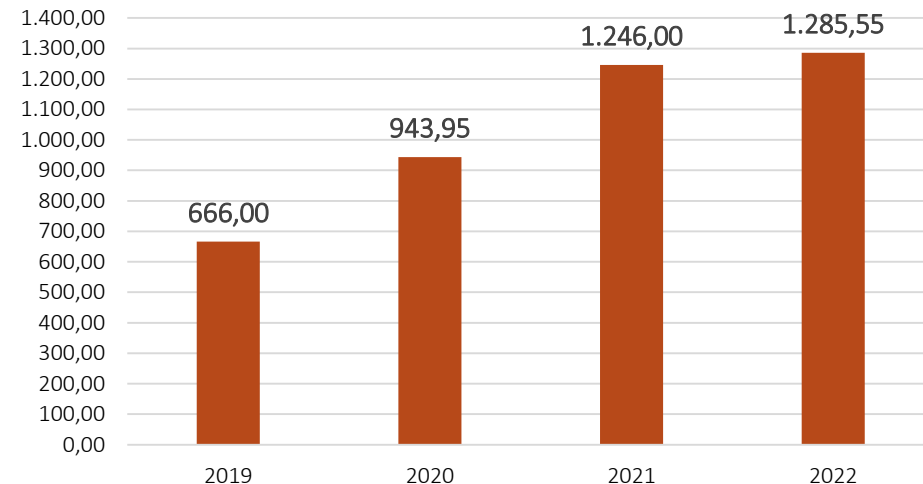
Prêmio CNJ de Qualidade

- De 2021 para 2022 houve um aumento da pontuação do Prêmio em 390 pontos, ou seja, para manter a classificação OURO, não basta apenas manter o mesmo nível técnico, tem que seguir avançando a cada ano.
- Quando se avalia a pontuação alcançada a cada ano se constata que o TJAC segue avançando, em 2022 o TJAC recebeu a sua maior pontuação: 1.286,55.

Comparativo do % de pontos alcançado por eixo e total nos anos de 2021 E 2022



Evolução dos pontos obtidos na série histórica de 2019 a 2022



“Planejar não é estabelecer metas impossíveis, mas sim palpáveis para o sucesso.”

Beatriz Mello

Vice-presidente de negócios da Natura Brasil e CMO da Americanas S.A.



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE

